



Demonstrações Contábeis Intermediárias - BrGaap

31 de Março de 2013

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	08
Relatório dos Auditores Independentes	109

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
CIRCULANTE	399.274.551	350.905.556	268.311.842	399.966.387	351.547.176	268.831.505
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	7.070.275	8.035.967	4.407.806	7.070.275	8.035.967	4.407.806
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	69.246.913	75.183.272	61.885.984	69.246.913	75.183.272	61.885.984
Aplicações no mercado aberto	65.636.244	72.104.596	59.746.924	65.636.244	72.104.596	59.746.924
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.610.955	3.078.757	2.139.339	3.610.955	3.078.757	2.139.339
Provisões para perdas	(286)	(81)	(279)	(286)	(81)	(279)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	95.448.931	91.877.035	69.677.707	95.926.792	92.375.479	70.096.098
Carteira própria - livre	65.917.214	57.146.000	50.613.670	66.395.075	57.644.444	51.032.061
Vinculados a compromissos de recompra	29.477.302	34.647.909	19.020.515	29.477.302	34.647.909	19.020.515
Vinculados a prestação de garantias	195	195	42.562	195	195	42.562
Vinculados ao Banco Central		998	960		998	960
Instrumentos financeiros derivativos	54.220	82.128		54.220	82.128	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	79.135.906	72.880.330	66.110.669	79.135.906	72.880.330	66.110.669
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.203.125	247.478	1.187.585	1.203.125	247.478	1.187.585
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	77.302.414	72.199.506	64.395.542	77.302.414	72.199.506	64.395.542
Correspondentes	630.367	433.346	527.542	630.367	433.346	527.542
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	583.776	713.650	368.111	583.776	713.650	368.111
Recursos em trânsito de terceiros	148	146	118	148	146	118
Transferências internas de recursos	583.628	713.504	367.993	583.628	713.504	367.993
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	120.117.871	72.168.700	42.979.711	120.117.871	72.168.700	42.979.711
Setor público	6.914.028	3.032.766	1.494.105	6.914.028	3.032.766	1.494.105
Setor privado	122.748.581	77.669.528	47.450.102	122.748.581	77.669.528	47.450.102
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	357.111	366.301		357.111	366.301	
Provisão para operações de créditos	(9.901.849)	(8.899.895)	(5.964.496)	(9.901.849)	(8.899.895)	(5.964.496)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	26.711.935	29.091.187	21.863.983	26.925.910	29.234.363	21.965.255
Créditos por avais e fianças honradas	38.695	31.799	34.770	38.695	31.799	34.770
Carteira de câmbio	140.929	114.195	36.090	140.929	114.195	36.090
Rendas a receber	1.871.092	1.623.801	1.777.986	2.083.447	1.764.138	1.876.979
Negociação e intermediação de valores	47.574	4.714	516	47.574	4.714	516
Créditos específicos	684.531	692.906	139.561	684.531	692.906	139.561
Diversos	24.193.855	26.779.048	19.985.338	24.195.475	26.781.887	19.987.617
Provisão para outros créditos	(264.741)	(155.276)	(110.278)	(264.741)	(155.276)	(110.278)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	958.944	955.415	1.017.871	958.944	955.415	1.017.871
Outros valores e bens	805.432	798.227	723.721	805.432	798.227	723.721
Provisões para perdas	(100.567)	(103.028)	(113.609)	(100.567)	(103.028)	(113.609)
Despesas antecipadas	254.079	260.216	407.759	254.079	260.216	407.759
NÃO CIRCULANTE	331.809.184	352.034.110	290.075.143	331.072.830	351.347.795	289.259.308
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	44.504.076	46.588.282	44.500.573	44.504.076	46.588.282	44.500.573
Carteira própria - livre	13.670.017	32.586.271	24.718.442	13.670.017	32.586.271	24.718.442
Vinculados a compromissos de recompra	28.821.059	12.318.617	19.040.997	28.821.059	12.318.617	19.040.997
Vinculados a prestação de garantias	2.012.126	1.683.394	741.134	2.012.126	1.683.394	741.134
Vinculados ao Banco Central	874			874		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.830.454	18.776.893	18.311.922	19.830.454	18.776.893	18.311.922
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	19.830.454	18.776.893	18.311.922	19.830.454	18.776.893	18.311.922
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	242.079.496	261.853.600	209.380.930	242.079.496	261.853.600	209.380.930
Setor público	21.655.193	24.871.263	21.254.610	21.655.193	24.871.263	21.254.610
Setor privado	228.974.072	245.740.679	198.631.884	228.974.072	245.740.679	198.631.884
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.977.710	2.058.966		1.977.710	2.058.966	
Provisão para operações de créditos	(10.527.479)	(10.817.308)	(10.505.564)	(10.527.479)	(10.817.308)	(10.505.564)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	17.275.603	16.560.759	10.289.182	17.275.603	16.560.759	10.289.182
Diversos	17.306.021	16.609.378	10.312.840	17.306.021	16.609.378	10.312.840
Provisão para outros créditos	(30.418)	(48.619)	(23.658)	(30.418)	(48.619)	(23.658)
PERMANENTE	8.119.555	8.254.576	7.592.536	7.383.201	7.568.261	6.776.701
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.920.674	3.964.971	3.418.835	3.184.318	3.278.656	2.602.999
Participações em coligadas e controladas:	3.671.769	3.727.613	3.215.802	2.935.413	3.041.298	2.399.966
- No país	3.670.645	3.726.366	3.214.732	2.934.289	3.040.051	2.398.896
- No exterior	1.124	1.247	1.070	1.124	1.247	1.070
Outros investimentos	267.585	256.039	221.753	267.585	256.039	221.753
Provisão para perdas	(18.680)	(18.681)	(18.720)	(18.680)	(18.681)	(18.720)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.151.917	2.164.942	2.018.625	2.151.919	2.164.942	2.018.626
Imóveis de uso	454.423	310.261	283.417	454.423	310.261	283.417
Reavaliações de imóveis de uso	743.764	744.011	808.730	743.764	744.011	808.730
Outras imobilizações de uso	4.658.733	4.697.398	4.161.423	4.658.735	4.697.398	4.161.424
Depreciações acumuladas	(3.705.003)	(3.586.728)	(3.234.945)	(3.705.003)	(3.586.728)	(3.234.945)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.045.362	2.122.238	2.140.216	2.045.362	2.122.238	2.140.216
Ativos intangíveis	2.997.234	2.990.846	2.695.777	2.997.234	2.990.846	2.695.777
Amortizações acumuladas	(951.872)	(868.608)	(555.561)	(951.872)	(868.608)	(555.561)
DIFERIDO	1.602	2.425	14.860	1.602	2.425	14.860
Gastos de organização e expansão	22.947	38.466	129.163	22.947	38.466	129.163
Amortizações acumuladas	(21.345)	(36.041)	(114.303)	(21.345)	(36.041)	(114.303)
T O T A L	731.083.735	702.939.666	558.386.985	731.039.217	702.894.971	558.090.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE	441.582.412	442.342.112	385.167.811	441.537.894	442.297.417	384.871.639
DEPÓSITOS (Nota 14)	272.069.929	279.990.109	249.740.761	272.060.306	279.989.979	249.714.868
Depósitos à vista	24.621.585	27.381.103	23.677.903	24.621.585	27.381.099	23.670.296
Depósitos de poupança	181.534.284	175.566.036	154.748.509	181.534.284	175.566.036	154.748.509
Depósitos interfinanceiros	229.168	10.260.691	5.231.884	229.168	10.260.691	5.231.884
Depósitos a prazo	53.927.598	57.516.733	55.605.869	53.917.975	57.516.607	55.587.583
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.757.294	9.265.546	10.476.596	11.757.294	9.265.546	10.476.596
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	98.778.779	90.984.561	81.128.967	98.590.897	90.785.152	80.729.727
Carteira própria	58.486.958	44.478.327	36.634.471	58.299.076	44.278.918	36.235.231
Carteira de terceiros	40.291.821	46.506.234	44.494.496	40.291.821	46.506.234	44.494.496
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	19.252.189	16.835.519	13.852.674	19.252.189	16.835.519	13.852.674
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	16.142.555	13.708.836	13.852.674	16.142.555	13.708.836	13.852.674
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.109.634	3.126.683		3.109.634	3.126.683	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.606.261	372.381	1.410.859	1.606.261	372.381	1.410.859
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.593.864	358.957	1.400.009	1.593.864	358.957	1.400.009
Correspondentes	12.397	13.424	10.850	12.397	13.424	10.850
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	425.901	1.385.371	401.680	425.901	1.385.371	401.680
Recursos em trânsito de terceiros	400.074	1.262.980	375.408	400.074	1.262.980	375.408
Transferências internas de recursos	25.827	122.391	26.272	25.827	122.391	26.272
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	324.633	43.300	216	324.633	43.300	216
Empréstimos no exterior	324.633	43.300	216	324.633	43.300	216
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.191.691	2.356.114	1.359.801	1.191.691	2.356.114	1.359.801
TESOURO NACIONAL - PIS	374.572	348.806	521.172	374.572	348.806	521.172
BNDES	123.380	1.633.823	247.243	123.380	1.633.823	247.243
FGTS	691.416	371.285	591.386	691.416	371.285	591.386
Outras	2.323	2.200		2.323	2.200	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	535	539	523	535	539	523
Instrumentos financeiros derivativos	535	539	523	535	539	523
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	47.932.494	50.374.218	37.272.330	48.085.481	50.529.062	37.401.291
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.185.072	258.984	1.360.344	1.185.072	258.984	1.360.344
Carteira de câmbio	68.539	93.105	36.826	68.539	93.105	36.826
Sociais e estatutárias	499.341	5.660.303	462.007	499.341	5.660.303	462.007
Fiscais e previdenciárias	1.050.966	1.656.481	1.273.274	1.203.614	1.811.050	1.402.159
Negociação e intermediação de valores	561	5.075	4.961	561	5.075	4.961
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	351.021	989.075		351.021	989.075	
Recursos para destinação específica:	7.381.394	7.629.604	5.967.116	7.381.394	7.629.604	5.967.116
- Obrigações de operações com loterias	644.432	1.237.388	580.996	644.432	1.237.388	580.996
- Obrigações por fundos e programas sociais	6.265.119	5.893.513	4.587.924	6.265.119	5.893.513	4.587.924
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	471.843	498.703	798.196	471.843	498.703	798.196
Diversas	37.395.600	34.081.591	28.167.802	37.395.939	34.081.866	28.167.878
NÃO CIRCULANTE	264.069.323	235.540.610	152.696.196	264.069.323	235.540.610	152.696.196
DEPÓSITOS (Nota 14)	51.233.210	39.050.915	19.066.775	51.233.210	39.050.915	19.066.775
Depósitos interfinanceiros	48.341	32.742	1.508	48.341	32.742	1.508
Depósitos a prazo	51.184.869	39.018.173	19.065.267	51.184.869	39.018.173	19.065.267
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	3.594.085	3.123.417	2.911.776	3.594.085	3.123.417	2.911.776
Carteira própria	3.594.085	3.123.417	2.911.776	3.594.085	3.123.417	2.911.776
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	37.530.263	32.167.675	11.015.315	37.530.263	32.167.675	11.015.315
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	37.530.263	32.167.675	11.015.315	37.530.263	32.167.675	11.015.315
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	197.180	0	3.135	197.180	0	3.135
Empréstimos no exterior	197.180		3.135	197.180		3.135
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	130.568.284	121.381.325	96.507.765	130.568.284	121.381.325	96.507.765
TESOURO NACIONAL - PIS	352.380	406.796	136.063	352.380	406.796	136.063
BNDES	18.155.974	15.922.207	9.963.071	18.155.974	15.922.207	9.963.071
FGTS	111.441.432	104.424.931	86.233.912	111.441.432	104.424.931	86.233.912
Outras	618.498	627.391	174.719	618.498	627.391	174.719
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	40.946.301	39.817.278	23.191.430	40.946.301	39.817.278	23.191.430
Fiscais e previdenciárias	160.307	162.625	184.931	160.307	162.625	184.931
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	12.016.184	11.201.660	8.698.398	12.016.184	11.201.660	8.698.398
Instrum. híbridos de capital e dívida - elegíveis a capital	28.769.810	28.452.993	14.308.101	28.769.810	28.452.993	14.308.101
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	25.432.000	25.056.944	20.522.978	25.432.000	25.056.944	20.522.978
Capital social:	22.054.802	22.054.802	15.154.802	22.054.802	22.054.802	15.154.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	26.325.236	19.027.254	35.000.000	26.325.236	19.027.254
- Capital a realizar	(12.945.198)	(4.270.434)	(3.872.452)	(12.945.198)	(4.270.434)	(3.872.452)
Reserva de reavaliação	421.700	423.165	461.467	421.700	423.165	461.467
Reservas de lucros	2.693.064	2.693.064	4.079.781	2.693.064	2.693.064	4.079.781
Ajuste de avaliação patrimonial	(738.965)	(114.087)	(62.406)	(738.965)	(114.087)	(62.406)
Lucros Acumulados	1.001.399		889.334	1.001.399		889.334
T O T A L	731.083.735	702.939.666	558.386.985	731.039.217	702.894.971	558.090.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2013	2012		2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	15.207.188	15.176.995	14.293.963	15.207.188	15.176.995	14.293.963
Operações de crédito (Nota 8 (f))	9.888.997	9.200.384	8.167.327	9.888.997	9.200.384	8.167.327
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	3.582.967	4.990.244	4.882.294	3.582.967	4.990.244	4.882.294
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	416.215	(419.220)	(357.128)	416.215	(419.220)	(357.128)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(7.719)	11.893	1.356	(7.719)	11.893	1.356
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	1.249.203	1.316.904	1.588.179	1.249.203	1.316.904	1.588.179
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	77.525	76.790	11.935	77.525	76.790	11.935
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(10.689.370)	(10.401.449)	(10.111.536)	(10.686.242)	(10.398.018)	(10.097.017)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(6.644.042)	(6.744.372)	(6.781.305)	(6.640.914)	(6.740.941)	(6.766.786)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(1.917.262)	(1.506.715)	(1.649.065)	(1.917.262)	(1.506.715)	(1.649.065)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(47.615)	(49.658)		(47.615)	(49.658)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(2.080.451)	(2.100.704)	(1.681.166)	(2.080.451)	(2.100.704)	(1.681.166)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.517.818	4.775.546	4.182.427	4.520.946	4.778.977	4.196.946
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.111.495)	(3.864.339)	(2.856.278)	(3.114.332)	(3.850.638)	(2.867.308)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23)	3.149.331	3.183.742	2.792.088	3.149.331	3.183.742	2.792.088
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23)	602.274	603.388	515.330	602.274	603.388	515.330
Despesas de pessoal (Nota 24)	(3.727.703)	(4.096.034)	(3.047.989)	(3.728.150)	(4.096.488)	(3.048.332)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.170.681)	(2.426.038)	(1.934.667)	(2.171.543)	(2.427.857)	(1.937.366)
Despesas tributárias (Nota 29)	(530.521)	(540.136)	(523.020)	(530.559)	(545.284)	(523.020)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	59.683	58.914	70.051	49.913	25.638	55.717
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.497.277	2.667.240	1.267.071	2.505.557	2.721.639	1.273.417
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(2.991.155)	(3.315.415)	(1.995.142)	(2.991.155)	(3.315.416)	(1.995.142)
RESULTADO OPERACIONAL	1.406.323	911.207	1.326.149	1.406.614	928.339	1.329.638
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(50.842)	23.514	(36.085)	(50.842)	23.514	(36.085)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.355.481	934.721	1.290.064	1.355.772	951.853	1.293.553
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (d))	144.564	1.236.708	57.686	144.273	1.219.576	54.197
Tributos correntes	(204.242)	(49.592)	(71.650)	(204.537)	(66.735)	(75.143)
Ativo fiscal diferido	51.260	1.287.792	230.136	51.264	1.287.803	230.140
Passivo fiscal diferido	297.546	(1.492)	(100.800)	297.546	(1.492)	(100.800)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(189.934)	(301.931)	(183.495)	(189.934)	(301.931)	(183.495)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.310.111	1.869.498	1.164.255	1.310.111	1.869.498	1.164.255

s notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	464.595	1.366.024	2.713.757	(137.798)		19.561.380
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					75.392		75.392
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		2.857					2.857
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(2.394)	(2.394)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(5.985)				5.985	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						1.164.255	1.164.255
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: Juros sobre o capital próprio propostos						(278.512)	(278.512)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	15.154.802	461.467	1.366.024	2.713.757	(62.406)	889.334	20.522.978
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6.900.000	(38.302)	303.303	(1.690.020)	(51.681)	(889.334)	4.533.966
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22.054.802	423.165	1.669.327	1.023.737	(114.087)		25.056.944
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(624.878)		(624.878)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		2.317					2.317
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(3.097)	(3.097)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(3.782)				3.782	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						1.310.111	1.310.111
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: Juros sobre o capital próprio propostos						(309.397)	(309.397)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	22.054.802	421.700	1.669.327	1.023.737	(738.965)	1.001.399	25.432.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA Individual			CAIXA Consolidado		
	2013	2012		2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	4.380.343	4.111.666	2.467.817	4.390.109	4.144.942	2.482.147
Lucro Líquido	1.310.111	1.869.498	1.164.255	1.310.111	1.869.498	1.164.255
Ajustes ao Lucro Líquido:	3.070.232	2.242.168	1.303.562	3.079.998	2.275.444	1.317.892
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(202.577)	(3.914)	(908.274)	(202.577)	(3.914)	(908.274)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.080.451	2.100.704	1.681.166	2.080.451	2.100.704	1.681.166
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	175.996	245.726	(72.338)	175.996	245.726	(72.338)
Depreciações e Amortizações	262.217	278.675	189.778	262.217	278.675	189.778
Impostos Diferidos	(348.806)	(1.286.300)	(230.136)	(348.810)	(1.286.300)	(230.140)
Despesas com provisões para causas judiciais	191.843	25.155	142.179	191.843	25.155	142.179
Resultado de Participação em Coligadas	(59.683)	(58.914)	(70.051)	(49.913)	(25.638)	(55.717)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	970.791	941.036	571.238	970.791	941.036	571.238
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(9.700.348)	(23.013.259)	29.354.147	(9.710.114)	(23.026.709)	29.815.863
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(532.198)	(1.631.609)	(75.470)	(532.198)	(1.631.609)	(75.470)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(1.754.884)	(15.217.996)	1.874.074	(1.754.884)	(15.217.996)	1.874.074
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	265.419	(2.217.142)	(379.441)	286.004	(2.407.423)	(464.727)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	(26.134)	(8.219.515)	3.731.962	(26.134)	(8.219.515)	3.731.962
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(5.102.908)	(1.750.702)	(2.223.517)	(5.102.908)	(1.750.702)	(2.223.517)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(972.351)	384.043	7.463	(972.351)	384.043	7.463
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(829.596)	440.309	(1.060.789)	(829.596)	440.309	(1.060.789)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(28.887.192)	(29.325.661)	(19.281.925)	(28.887.192)	(29.325.661)	(19.281.925)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.524.262)	732.742	1.357.279	(3.595.064)	705.223	1.382.998
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(3.529)	32.648	(30.452)	(3.529)	32.648	(30.452)
(Redução) Aumento em Depósitos	4.262.116	15.759.809	8.960.561	4.252.622	15.763.369	8.952.605
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	8.264.885	(14.990.053)	27.749.452	8.276.413	(14.989.203)	28.233.545
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	7.779.258	9.311.932	3.790.445	7.779.258	9.311.932	3.790.445
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(4)	17	(304)	(4)	17	(304)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.501.049	8.736.939	6.250.592	8.501.049	8.736.894	6.250.592
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	2.859.983	14.940.980	(1.315.783)	2.898.400	15.140.965	(1.270.637)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(5.320.005)	(18.901.593)	31.821.964	(5.320.005)	(18.881.767)	32.298.010
Alienação de Imobilizado de Uso	65.919	154.474	2.098	65.919	154.474	2.098
Aquisição de Investimentos	-	34.401	-	-	14.575	(476.046)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(171.419)	(328.828)	(149.353)	(171.419)	(328.828)	(149.353)
Aquisição de Intangível	(127.446)	(264.792)	(145.691)	(127.446)	(264.792)	(145.691)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(232.946)	(404.745)	(292.946)	(232.946)	(424.571)	(768.992)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.552.951)	(19.306.338)	31.529.018	(5.552.951)	(19.306.338)	31.529.018
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	79.197.762	98.504.100	32.625.712	79.197.762	98.504.100	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do período	73.644.811	79.197.762	64.154.730	73.644.811	79.197.762	64.154.730
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	(5.552.951)	(19.306.338)	31.529.018	(5.552.951)	(19.306.338)	31.529.018
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	9.944.928	8.951.974	9.788.240	9.944.928	8.951.974	9.788.240
Juros recebidos	14.259.316	15.344.300	13.762.423	14.259.316	15.344.300	13.762.423
Dividendos recebidos	9.871	1	85	9.871	1	85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2013		2012				2013		2012			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre		1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	19.324.777		19.554.176		17.151.202		19.333.057		19.608.575		17.157.548	
Intermediação financeira	15.207.188		15.176.995		14.293.964		15.207.188		15.176.995		14.293.964	
Prestação de serviços com tarifas	3.751.605		3.787.130		3.307.418		3.751.605		3.787.130		3.307.418	
Provisão p/deved duvidosos - reversão/(constituição)	(2.080.451)		(2.100.703)		(1.681.166)		(2.080.451)		(2.100.703)		(1.681.166)	
Outras	2.446.435		2.690.754		1.230.986		2.454.715		2.745.153		1.237.332	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.608.919		8.300.745		8.430.371		8.605.791		8.297.314		8.415.852	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.629.798		5.205.509		3.505.620		4.630.660		5.207.328		3.508.319	
Materiais, energia e outros	494.999		631.637		463.763		495.120		631.697		463.815	
Processamento de dados e comunicações	397.827		435.959		388.151		397.827		435.959		388.151	
Propaganda, publicidade e promoções	126.309		165.598		118.818		126.309		165.598		118.818	
Serviços de terceiros e especializados	452.453		492.246		355.407		453.194		494.005		358.054	
Serviços de vigilância e segurança	167.055		164.654		184.339		167.055		164.654		184.339	
Outras	2.991.155		3.315.415		1.995.142		2.991.155		3.315.415		1.995.142	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	373.769		368.099		354.916		373.769		368.099		354.916	
- Correspondente não bancário	434.240		406.282		340.199		434.240		406.282		340.199	
- Descontos de operações de crédito	49.802		89.424		118.085		49.802		89.424		118.085	
- Despesas com cartão de crédito/débito	212.279		191.176		190.065		212.279		191.176		190.065	
- Benefício pós-emprego	175.996		148.094		-		175.996		148.094		-	
- Provisões operacionais diversas	1.357.677		1.359.778		726.679		1.357.677		1.359.780		726.679	
- Demais	387.392		752.562		265.198		387.392		752.560		265.198	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	6.086.060		6.047.922		5.215.211		6.096.606		6.103.933		5.233.377	
5. RETENÇÕES	262.217		278.674		189.778		262.217		278.674		189.778	
Depreciação, amortização e exaustão	262.217		278.674		189.778		262.217		278.674		189.778	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	5.823.843		5.769.248		5.025.433		5.834.389		5.825.259		5.043.599	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	59.683		58.914		70.051		49.913		25.638		55.717	
Resultado da equivalência patrimonial	59.683		58.914		70.051		49.913		25.638		55.717	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	5.883.526	100,00	5.828.162	100,00	5.095.484	100,00	5.884.302	100,00	5.850.897	100,00	5.099.316	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.883.526	100,00	5.828.162	100,00	5.095.484	89,93	5.884.302	100,00	5.850.897	100,00	5.099.316	100,00
Pessoal	3.410.542	57,97	3.900.557	66,93	2.804.420	55,04	3.410.989	57,97	3.901.012	66,67	2.804.763	55,00
- Remuneração direta	2.549.174		2.884.395		2.159.652		2.549.621		2.884.850		2.159.995	
- Benefícios	697.103		852.617		503.345		697.103		852.617		503.345	
- FGTS	164.265		163.545		141.423		164.265		163.545		141.423	
Impostos, taxas e contribuições	893.052	15,18	(199.165)	(3,42)	892.397	17,50	893.381	15,18	(176.885)	(3,02)	895.886	17,57
- Federais	744.822		(305.698)		764.600		745.150		(283.418)		768.089	
- Estaduais	37		17		65		37		17		65	
- Municipais	148.193		106.516		127.732		148.194		106.516		127.732	
Remuneração de capitais de terceiros	269.821	4,59	257.270	4,41	234.412	4,60	269.821	4,59	257.270	4,40	234.412	4,60
- Aluguéis	269.821		257.270		234.412		269.821		257.270		234.412	
Remuneração de capitais próprios	309.397	5,26	2.464.142	42,28	278.512	5,47	309.397	5,26	2.464.142	42,12	278.512	5,46
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	309.397		2.464.142		278.512		309.397		2.464.142		278.512	
Lucros retidos	1.000.714	17,01	(594.642)	(10,20)	885.743	17,39	1.000.714	17,01	(594.642)	(10,16)	885.743	17,37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	9
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	10
Nota 3 – Principais práticas contábeis	11
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	20
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	21
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22
Nota 7 – Relações interfinanceiras	33
Nota 8 – Carteira de crédito	35
Nota 9 – Outros créditos	45
Nota 10 – Outros valores e bens.....	48
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	49
Nota 12 – Imobilizado de uso.....	54
Nota 13 – Intangível e diferido	55
Nota 14 – Depósitos.....	56
Nota 15 – Captações no mercado aberto	61
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	62
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais	63
Nota 18 – Outras obrigações	64
Nota 19 – Patrimônio líquido	70
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)	70
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	75
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	75
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	76
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	77
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	77
Nota 26 – Outras receitas operacionais	78
Nota 27 – Outras despesas operacionais	79
Nota 28 – Resultado não operacional	80
Nota 29 – Despesas tributárias	80
Nota 30 – Provisões para causas judiciais.....	81
Nota 31 – Partes relacionadas	84
Nota 32 – Benefícios a empregados	86
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	94
Nota 34 – Outras informações	107

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal - CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, crédito rural, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, cartão de crédito, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras financeiras, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, saneamento e infraestrutura, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima (Nota 11).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias**(a) Contexto geral**

As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis individuais e consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações contábeis intermediárias.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentamos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, aprovado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA.

As demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2013 foram aprovadas pela deliberação do Conselho de Administração em 06 de maio de 2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis intermediárias contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações contábeis intermediárias, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados não realizados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira e as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge contábil são utilizados na forma de hedge de fluxo de caixa. O instrumento de hedge utilizado é o Swap no mesmo valor da obrigação assumida. O Swap contratado permite que a CAIXA fique ativa em variação cambial mais taxa de juros e passiva em CDI, anulando o risco da variação cambial da dívida assumida.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação. O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, em coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.642/2008 e nº 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida nas demonstrações contábeis intermediárias e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(3) Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘um evento de perda’ incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido (BD), o CPC 33 estabeleceu alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A adoção do Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013. A adoção desta nova prática contábil implica no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta, outros ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas no Acordo Coletivo de Trabalho.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Total de Disponibilidades (caixa)	7.070.275	8.035.967	4.407.806
Disponibilidade em moeda nacional	5.589.357	6.534.096	4.353.723
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.480.918	1.501.871	54.083
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	66.574.536	71.161.795	59.746.924
Total	73.644.811	79.197.762	64.154.730

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

Ajustes de transações relevantes em ativos e passivos que não impactaram o caixa			
Item da DFC	Evento	Ajuste no saldo	
		Ativo	Passivo
Outros Créditos	Acréscimo relativo à baixa da antecipação de dividendos de 2012.	5.188.673	
Outras Obrigações	Acréscimo relativo à baixa dos dividendos propostos de 2012, pagos naquele exercício.		5.188.673
Outras Obrigações	Dedução Juros e Atualização de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.		(970.791)
Outras Obrigações	Atualizações de Outras Obrigações.		(45.199)

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	23.825.118	1.014.437	24.839.555	25.612.121	15.267.695	
Letras Financeiras do Tesouro	14.803.038	-	14.803.038	5.448.911	200.023	
Letras do Tesouro Nacional	8.009.141	-	8.009.141	18.993.220	3.761.480	
Notas do Tesouro Nacional	1.012.939	1.014.437	2.027.376	1.169.990	11.306.192	
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	40.796.688	-	40.796.688	46.492.475	44.479.229	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	14.485.765	10.058.626	
Letras do Tesouro Nacional	29.508.404	-	29.508.404	11.295.496	12.725.874	
Notas do Tesouro Nacional	11.288.284	-	11.288.284	20.711.214	21.694.729	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.952.730	1.657.940	3.610.670	3.078.676	2.139.060	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.952.915	1.658.040	3.610.955	3.078.757	2.139.339	
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(185)	(100)	(285)	(81)	(279)	
Total - ativo circulante	66.574.536	2.672.377	69.246.913	75.183.272	61.885.984	

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	1.334.325	1.552.411	1.570.150
Posição bancada	441.796	560.720	416.331
Posição financiada	892.529	991.691	1.153.819
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	49.232	44.740	51.927
Total	1.383.557	1.597.151	1.622.077

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	63.146.919	58.252.834	2.012.321	874	-	123.412.948
Letras Financeiras do Tesouro	260.659	4.652.207	4.733	-	-	4.917.599
Letras do Tesouro Nacional	56.835.212	24.431.858	2.005.097	-	-	83.272.167
Notas do Tesouro Nacional	6.039.542	29.168.769	2.491	874	-	35.211.676
Tesouro Nacional/ Securitização	11.506	-	-	-	-	11.506
Títulos - Empresas	16.440.312	45.527	-	-	-	16.485.839
Debêntures	6.688.132	45.527	-	-	-	6.733.659
Letras de Crédito Imobiliário	476.568	-	-	-	-	476.568
Letras Financeiras	129.081	-	-	-	-	129.081
Cotas de Fundos	43.885	-	-	-	-	43.885
Certificado de Recebíveis Imobiliários	972.216	-	-	-	-	972.216
Ações	8.130.430	-	-	-	-	8.130.430
Outros	-	-	-	-	54.220	54.220
31/03/2013	79.587.231	58.298.361	2.012.321	874	54.220	139.953.007
31/12/2012	89.732.271	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.465.317
31/03/2012	75.332.112	38.061.512	783.696	960	-	114.178.280

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	63.146.919	58.252.834	2.012.321	874	-	123.412.948
Letras Financeiras do Tesouro	260.659	4.652.207	4.733	-	-	4.917.599
Letras do Tesouro Nacional	56.835.212	24.431.858	2.005.097	-	-	83.272.167
Notas do Tesouro Nacional	6.039.542	29.168.769	2.491	874	-	35.211.676
Tesouro Nacional/ Securitização	11.506	-	-	-	-	11.506
Títulos - Empresas	16.918.173	45.527	-	-	-	16.963.700
Debêntures	6.688.132	45.527	-	-	-	6.733.659
Letras de Crédito Imobiliário	476.568	-	-	-	-	476.568
Letras Financeiras	129.081	-	-	-	-	129.081
Cotas de Fundos	43.885	-	-	-	-	43.885
Certificado de Recebíveis Imobiliários	972.216	-	-	-	-	972.216
Ações	8.608.291	-	-	-	-	8.608.291
Outros	-	-	-	-	54.220	54.220
31/03/2013	80.065.092	58.298.361	2.012.321	874	54.220	140.430.868
31/12/2012	90.230.715	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.963.761
31/03/2012	75.750.503	38.061.512	783.696	960	-	114.596.671

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação consolidada por prazos

CAIXA INDIVIDUAL										
Posição em 31/03/2013	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	123.211.206	201.785	(43)	123.412.948	129.036.192	-	14.811.776	12.160.877	19.290.728	77.149.567
Letras Financeiras do Tesouro	4.917.703	(64)	(40)	4.917.599	4.917.954	-	22.853	21.415	4.401.270	472.061
Letras do Tesouro Nacional	83.054.799	217.368	-	83.272.167	83.670.223	-	8.458.112	12.139.462	14.111.319	48.563.274
Notas do Tesouro Nacional	35.223.574	(15.519)	3.621	35.211.676	40.436.509	-	6.330.811	-	778.139	28.102.726
Tesouro Nacional/Securitização	15.130	-	(3.624)	11.506	11.506	-	-	-	-	11.506
Títulos - Empresas	17.634.397	792	(1.149.350)	16.485.839	16.528.736	8.174.315	20.742	84	103.249	8.187.449
Debêntures	6.763.990	658	(30.989)	6.733.659	6.733.659	-	20.742	84	103.249	6.609.584
Letras de Crédito Imobiliário	477.006	-	(438)	476.568	476.568	-	-	-	-	476.568
Letras Financeiras	129.114	-	(33)	129.081	129.081	-	-	-	-	129.081
Cotas de Fundos	43.885	-	-	43.885	43.885	43.885	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	879.656	134	92.426	972.216	1.015.113	-	-	-	-	972.216
Ações	9.340.746	-	(1.210.316)	8.130.430	8.130.430	8.130.430	-	-	-	-
Total – TVM	140.845.603	202.577	(1.149.393)	139.898.787	145.564.928	8.174.315	14.832.518	12.160.961	19.393.977	85.337.016
Para negociação	77.096.821	202.577	-	77.299.398	77.299.398	31.868	8.458.112	12.160.877	15.815.601	40.832.940
Disponíveis para Venda	17.452.032	-	(1.149.393)	16.302.639	16.302.639	8.142.447	20.742	84	156.984	7.982.382
Mantidos até o Vencimento	46.296.750	-	-	46.296.750	51.962.891	-	6.353.664	-	3.421.392	36.521.694
Instrumentos Financeiros Derivativos	54.220	-	-	54.220	54.220	54.220	-	-	-	-
Total – TVM e Derivativos	140.899.823	202.577	(1.149.393)	139.953.007	145.619.148	8.228.535	14.832.518	12.160.961	19.393.977	85.337.016

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO										
Posição em 31/03/2013	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr.líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	123.211.206	201.785	(43)	123.412.948	129.036.192	-	14.811.776	12.160.877	19.290.728	77.149.567
Letras Financeiras do Tesouro	4.917.703	(64)	(40)	4.917.599	4.917.954	-	22.853	21.415	4.401.270	472.061
Letras do Tesouro Nacional	83.054.799	217.368	-	83.272.167	83.670.223	-	8.458.112	12.139.462	14.111.319	48.563.274
Notas do Tesouro Nacional	35.223.574	(15.519)	3.621	35.211.676	40.436.509	-	6.330.811	-	778.139	28.102.726
Tesouro Nacional/Securitização	15.130	-	(3.624)	11.506	11.506	-	-	-	-	11.506
Títulos - Empresas	17.982.392	792	(1.019.484)	16.963.700	17.006.597	8.652.176	20.742	84	103.249	8.187.449
Debêntures	6.763.990	658	(30.989)	6.733.659	6.733.659	-	20.742	84	103.249	6.609.584
Letras de Crédito Imobiliário	477.006	-	(438)	476.568	476.568	-	-	-	-	476.568
Letras Financeiras	129.114	-	(33)	129.081	129.081	-	-	-	-	129.081
Cotas de Fundos	43.885	-	-	43.885	43.885	43.885	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	879.656	134	92.426	972.216	1.015.113	-	-	-	-	972.216
Ações	9.688.741	-	(1.080.450)	8.608.291	8.608.291	8.608.291	-	-	-	-
Total – TVM	141.193.598	202.577	(1.019.527)	140.376.648	146.042.789	8.652.176	14.832.518	12.160.961	19.393.977	85.337.016
Para negociação	77.096.821	202.577	-	77.299.398	77.299.398	31.868	8.458.112	12.160.877	15.815.601	40.832.940
Disponíveis para Venda	17.800.027	-	(1.019.527)	16.780.500	16.780.500	8.620.308	20.742	84	156.984	7.982.382
Mantidos até o Vencimento	46.296.750	-	-	46.296.750	51.962.891	-	6.353.664	-	3.421.392	36.521.694
Instrumentos Financeiros Derivativos	54.220	-	-	54.220	54.220	54.220	-	-	-	-
Total – TVM e Derivativos	141.247.818	202.577	(1.019.527)	140.430.868	146.097.009	8.706.396	14.832.518	12.160.961	19.393.977	85.337.016

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para divulgação e análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO														
Descrição	31/03/2013							31/12/2012			31/03/2012			
	Sem vencimento	01 a 90	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	8.458.112	12.160.877	15.815.601	40.815.348	77.048.153	201.785	77.249.938	74.312.660	1.152.089	75.464.749	52.279.361	906.895	53.186.256
LFT	-	-	21.415	1.476.829	11.909	1.510.217	(64)	1.510.153	2.973.233	-258	2.972.975	4.488.957	2.014	4.490.971
LTN	-	8.458.112	12.139.462	13.560.633	39.836.155	73.776.994	217.368	73.994.362	63.455.737	1.136.276	64.592.013	45.209.949	866.231	46.076.180
NTN	-	-	-	778.139	967.284	1.760.942	(15.519)	1.745.423	7.883.690	16.071	7.899.761	2.580.455	38.650	2.619.105
Títulos Empresas	31.868	-	-	-	17.592	48.668	792	49.460	78.805	956	79.761	82.426	1.379	83.805
Debêntures	-	-	-	-	13.886	13.228	658	13.886	40.408	767	41.175	52.321	1.161	53.482
Cotas de Fundos	31.868	-	-	-	-	31.868	-	31.868	34.466	-	34.466	23.560	-	23.560
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	3.706	3.572	134	3.706	3.931	189	4.120	6.545	218	6.763
Total	31.868	8.458.112	12.160.877	15.815.601	40.832.940	77.096.821	202.577	77.299.398	74.391.465	1.153.045	75.544.510	52.361.787	908.274	53.270.061

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL														
Descrição	31/03/2013						31/12/2012			31/03/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	53.735	19.540	73.318	(43)	73.275	95.327	397	95.724	1.245.394	(184.040)	1.061.354
LFT	-	-	-	53.735	-	53.775	(40)	53.735	75.517	(30)	75.487	135.225	160	135.385
NTN	-	-	-	-	8.034	4.413	3.621	8.034	4.496	3.897	8.393	4.098	2.670	6.768
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283	4	287
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	11.506	15.130	(3.624)	11.506	15.314	(3.470)	11.844	1.105.788	(186.874)	918.914
Títulos – Empresas	8.142.447	20.742	84	103.249	7.962.842	17.378.714	(1.149.350)	16.229.364	17.190.744	(718.408)	16.472.336	5.199.195	(286.567)	4.912.628
Debêntures	-	20.742	84	103.249	6.595.698	6.750.762	(30.989)	6.719.773	6.569.932	(15.666)	6.554.266	2.141.150	(50.445)	2.090.705
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	476.568	477.006	(438)	476.568	324.929	(98)	324.831	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	129.081	129.114	(33)	129.081	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	12.017	-	-	-	-	12.017	-	12.017	12.780	-	12.780	9.172	-	9.172
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	761.495	669.069	92.426	761.495	682.819	96.210	779.029	424.509	(21.326)	403.183
Ações	8.130.430	-	-	-	-	9.340.746	(1.210.316)	8.130.430	9.517.923	(798.896)	8.719.027	2.624.364	(214.796)	2.409.568
Total	8.142.447	20.742	84	156.984	7.982.382	17.452.032	(1.149.393)	16.302.639	17.286.071	(718.011)	16.568.060	6.444.589	(470.607)	5.973.982

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO														
Descrição	31/03/2013						31/12/2012			31/03/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	53.735	19.540	73.318	(43)	73.275	95.327	397	95.724	1.245.394	(184.040)	1.061.354
LFT	-	-	-	53.735	-	53.775	(40)	53.735	75.517	(30)	75.487	135.225	160	135.385
NTN	-	-	-	-	8.034	4.413	3.621	8.034	4.496	3.897	8.393	4.098	2.670	6.768
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283	4	287
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	11.506	15.130	(3.624)	11.506	15.314	(3.470)	11.844	1.105.788	(186.874)	918.914
Títulos – Empresas	8.620.308	20.742	84	103.249	7.962.842	17.726.709	(1.019.484)	16.707.225	17.327.958	(357.178)	16.970.780	5.296.838	34.181	5.331.019
Debêntures	-	20.742	84	103.249	6.595.698	6.750.762	(30.989)	6.719.773	6.569.932	(15.666)	6.554.266	2.141.150	(50.445)	2.090.705
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	476.568	477.006	(438)	476.568	324.929	(98)	324.831	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	129.081	129.114	(33)	129.081	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	12.017	-	-	-	-	12.017	-	12.017	52.351	-	52.351	9.172	-	9.172
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	761.495	669.069	92.426	761.495	682.819	96.210	779.029	424.509	(21.326)	403.183
Ações	8.608.291	-	-	-	-	9.688.741	(1.080.450)	8.608.291	9.615.566	(437.666)	9.177.900	2.722.007	105.952	2.827.959
Total	8.620.308	20.742	84	156.984	7.982.382	17.800.027	(1.019.527)	16.780.500	17.423.285	(356.781)	17.066.504	6.542.232	(149.859)	6.392.373

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	31/03/2013				31/12/2012		31/03/2012			
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos - Brasil	6.353.664	-	3.421.392	36.314.679	46.089.735	51.712.979	46.058.085	54.225.211	54.731.021	58.365.218
LFT	22.853	-	2.870.706	460.152	3.353.711	3.354.066	3.305.191	3.305.164	4.665.507	4.669.119
LTN	-	-	550.686	8.727.119	9.277.805	9.675.861	9.037.896	9.660.211	7.999.751	8.175.455
NTN	6.330.811	-	-	27.127.408	33.458.219	38.683.052	33.714.998	41.259.836	42.064.551	45.519.590
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	-	-	-	1.212	1.054
Títulos - Empresas	-	-	-	207.015	207.015	249.912	212.534	260.737	203.216	230.695
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	207.015	207.015	249.912	212.534	260.737	203.216	230.695
Total	6.353.664	-	3.421.392	36.521.694	46.296.750	51.962.891	46.270.619	54.485.948	54.934.237	58.595.913

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	613.980	1.750.940	1.604.933
Ativos financeiros disponíveis para venda	73.501	188.255	98.434
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.513.350	1.453.963	1.555.957
Outros	(1.421)	(65)	893
Total	2.199.410	3.393.093	3.260.217

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados na BM&FBovespa ou na Cetip de duas formas: com ou sem garantia.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido, onde, ultrapassado este limite, há a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.1) Hedge Contábil

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos.

Até 31/12/2012, foram internalizados um total de US\$ 700 milhões com a realização da respectiva operação de swap classificada como hedge de fluxo de caixa com o objetivo de proteger os fluxos de pagamentos resultantes da emissão externa da variação da taxa de câmbio.

Características:

- Objeto do hedge:
 - Variação cambial do cupom da emissão, 2,375% a.a. sobre US\$ 700 milhões ou US\$ 9,553 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2017;
 - Variação cambial do principal, US\$ 700 milhões, com vencimento em 2017;
 - Variação cambial do imposto devido, 15% sobre o cupom a pagar ou US\$ 1,686 milhões semestrais.
- Instrumentos de hedge:
 - Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
 - Ponta Passiva Swap: % da variação do CDI.

A parcela da emissão externa internalizada, objeto do hedge, apresentou em 31/03/2013 marcação a mercado de R\$ 1.643.190 (R\$ 1.631.440 na data do hedge).

A marcação a mercado da ponta ativa do swap no dia 31/03/2013 foi de R\$ 1.643.064 (R\$ 1.622.286 na data do hedge) e da ponta passiva do swap R\$ 1.659.810 (R\$ 1.625.011 na data do hedge), gerando ajuste a valor de mercado livre dos efeitos tributários de R\$ (14.021).

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve próximo de 100%, dentro do intervalo estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	31/03/2013				31/12/2012				31/03/2012			
	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Compromissos de venda	63.678.926	-	-	63.678.926	67.244.632	-	-	67.244.632	40.495.428	-	-	40.495.428
Moeda estrangeira	260.638	-	-	260.638	19.510	-	-	19.510	17.449	-	-	17.449
Índices	63.418.288	-	-	63.418.288	67.225.122	-	-	67.225.122	40.477.979	-	-	40.477.979
Contratos swaps - Posição Ativa	-	54.220	-	54.220	-	82.128	-	82.128	-	-	-	-
Contratos swaps- Posição Passiva	-	535	-	535	-	539	-	539	-	(523)	-	(523)

* Conta de compensação valor referencial

** Valor patrimonial a receber/pagar

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/03/2013				31/12/2012	31/03/2012	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
BM&FBovespa							
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida	4.879.288	3.875.626	14.318.961	40.344.413	63.418.288	40.477.979	
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida	260.638	-	-	-	260.638	17.449	
ATIVO - Swap - posição comprada	54.220	-	-	-	54.220	82.128	
ATIVO - Swap - posição vendida	535	-	-	-	535	539	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Swap	(40)	(17)	(193)
Futuro	416.254	(419.203)	(356.934)
Total realizado	416.214	(419.220)	(357.127)
Swap – não realizado (1)	1.181	5.163	-

(1) Ajuste no Patrimônio Líquido

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Títulos públicos	2.013.195	1.684.392	784.655
Notas do Tesouro Nacional	2.491	3.601	737.696
Letras do Tesouro Nacional	2.005.971	1.676.135	42.562
Letras Financeiras do Tesouro	4.733	4.656	4.397

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	7.435.021	6.564.440	4.778.856
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	36.090.300	34.991.876	30.765.585
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	8.641.952	6.900.303	5.490.113
Compulsório adicional	Taxa SELIC	25.135.141	23.742.887	23.360.988
Total		77.302.414	72.199.506	64.395.542

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
	Total Crédito	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	65.557	64.996	103.361
FCVS a receber	22.793.203	21.727.118	21.165.061
Não habilitados (1)	1.684.946	1.702.295	2.146.959
Habilitados e não homologados (2)	6.693.714	6.534.937	9.846.013
Habilitados e homologados (3)	14.414.543	13.489.886	9.172.089
Provisão FCVS a receber	(3.028.306)	(3.015.221)	(2.956.500)
Total (líquido de provisão)	19.830.454	18.776.893	18.311.922

- (1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
- (2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.
- (3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7.975 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 933.455. Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado das aplicações compulsórias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Créditos vinculados ao BACEN	986.568	1.001.513	1.208.892
Créditos vinculados ao SFH	262.635	315.391	379.287
Total	1.249.203	1.316.904	1.588.179

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade
(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	
Operações de Crédito	382.626.695	353.739.503	268.830.701	
Empréstimos e títulos descontados	113.181.147	102.241.779	67.767.641	
Financiamentos	20.669.848	19.589.276	18.943.266	
Financiamentos rurais e agroindustriais	206.924	157.520	-	
Financiamentos imobiliários	220.202.675	205.788.891	164.620.517	
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	26.031.280	23.536.770	17.499.277	
Operações de crédito vinculadas à cessão	2.334.821	2.425.267	-	
Outros Créditos c/ caract. de concessão de crédito (Nota 9 (d))	8.022.906	7.499.866	4.312.032	
Cartão de crédito (1)	4.585.524	4.610.807	3.167.631	
Créditos por avais e fianças honrados	38.695	31.799	34.770	
Devedores por compra de valores e bens	18.522	18.332	17.840	
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	3.380.165	2.838.928	1.091.791	
Total	390.649.601	361.239.369	273.142.733	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(20.724.487)	(19.921.098)	(16.603.996)	
Provisão para operações de crédito	(20.429.328)	(19.717.203)	(16.470.060)	
Provisão para outros créditos (Nota 9 (d))	(295.159)	(203.895)	(133.936)	
Total – Líquido de Provisões	369.925.114	341.318.271	256.538.737	

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Empréstimos e títulos descontados	51.444.326	2.816.829	2.494.345	6.729.480	9.073.977	29.326.189	101.885.146	89.792.380	60.287.176
Financiamentos	5.206.561	269.052	267.000	750.284	1.339.093	11.446.326	19.278.316	16.914.673	16.842.321
Financiamentos rurais e agroindustriais	29.474	27.842	25.967	75.639	39.097	8.904	206.923	157.039	-
Financiamentos imobiliários	3.581.049	2.160.371	2.158.613	6.694.591	12.844.764	168.728.296	196.167.684	164.302.208	124.699.665
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	145.019	141.505	141.498	424.055	843.087	22.772.166	24.467.330	23.126.386	16.527.412
Operações de crédito vinculadas à cessão	38.415	27.711	27.710	83.123	166.176	1.909.681	2.252.816	2.200.928	-
Outros Créditos	2.299.338	932.894	623.229	964.344	782.981	2.384.994	7.987.780	7.468.474	4.270.912
31/03/2013	62.744.182	6.376.204	5.738.362	15.721.516	25.089.175	236.576.556	352.245.995	-	-
31/12/2012	11.723.810	7.020.703	6.389.419	17.513.159	29.021.908	232.293.089	-	303.962.088	-
31/03/2012	6.599.354	3.568.998	3.153.192	8.641.231	14.558.705	186.106.006	-	-	222.627.486

(a.3) Curso anormal – parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Empréstimos e títulos descontados	38.752	27.857	28.104	80.386	152.091	761.594	1.088.784	10.229.704	1.040.864
Financiamentos	25.061	21.832	22.301	63.016	114.802	345.481	592.493	1.769.614	201.042
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-	-	-	-	481	-
Financiamentos imobiliários	380.866	239.988	240.144	722.057	1.432.396	19.283.026	22.298.477	39.759.797	37.988.540
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	16.748	16.730	16.730	50.191	100.226	1.291.257	1.491.882	393.379	936.050
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.499	981	983	2.950	5.901	68.029	80.343	223.333	-
Outros Créditos	3.936	94	90	264	521	4.326	9.231	9.742	17.111
31/03/2013	466.862	307.482	308.352	918.864	1.805.937	21.753.713	25.561.210	-	-
31/12/2012	1.306.812	838.195	827.546	2.497.819	4.551.415	42.364.263	-	52.386.050	-
31/03/2012	711.450	452.302	451.643	1.365.609	2.699.308	34.503.295	-	-	40.183.607

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.4) Curso anormal – parcelas vencidas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Empréstimos e títulos descontados	2.773.368	1.958.101	803.166	1.415.543	1.634.239	90.414	8.674.831	2.219.695	6.439.601
Financiamentos	377.684	416.758	324.424	561.896	629.597	21.066	2.331.425	904.989	1.899.903
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos imobiliários	558.824	149.980	196.623	368.336	457.265	5.487	1.736.515	1.726.886	1.932.312
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	58	10.432	39.399	21.060	1.119	-	72.068	17.005	35.815
Operações de crédito vinculadas à cessão	530	496	296	324	17	-	1.663	1.006	-
Outros Créditos	7.030	7.706	3.041	3.249	2.728	2.140	25.894	21.650	24.009
31/03/2013	3.717.494	2.543.473	1.366.949	2.370.408	2.724.965	119.107	12.842.396	-	-
31/12/2012	1.336.346	486.903	581.120	1.182.001	1.289.982	14.879	-	4.891.231	-
31/03/2012	4.359.299	1.496.229	899.571	1.612.734	1.880.991	82.816	-	-	10.331.640

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Modalidades e níveis de risco

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Empréstimos e títulos descontados	22.071.061	33.234.564	24.273.402	18.199.054	7.917.896	3.417.029	734.232	499.762	2.834.147	113.181.147	102.241.779	67.767.641
Financiamentos	6.042.797	6.527.700	2.918.370	1.985.930	1.131.011	281.192	193.992	183.052	1.405.804	20.669.848	19.589.276	18.943.266
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.411	6.061	136.038	61.099	315	-	-	-	-	206.924	157.520	-
Financiamentos imobiliários	1.749.692	132.984.475	24.951.703	47.313.768	2.809.422	1.012.032	771.316	558.003	8.052.264	220.202.675	205.788.891	164.620.517
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	10.535.624	8.025.664	3.071.950	2.786.624	1.565.099	-	36.970	7.593	1.756	26.031.280	23.536.770	17.499.277
Operações de crédito vinculadas à cessão	-	2.207.731	24.847	27.264	11.294	5.379	4.070	3.856	50.380	2.334.821	2.425.267	-
Outros Créditos	120.024	3.594.639	2.969.226	801.762	124.348	277.186	11.450	7.174	117.097	8.022.906	7.499.866	4.312.032
31/03/2013	40.522.609	186.580.834	58.345.536	71.175.501	13.559.385	4.992.818	1.752.030	1.259.440	12.461.448	390.649.601	-	-
31/12/2012	33.181.473	179.721.585	56.340.901	62.830.998	10.799.361	2.550.042	1.710.607	1.262.989	12.841.413	-	361.239.369	-
31/03/2012	29.277.441	141.319.608	40.472.780	41.148.654	5.033.551	1.807.179	1.243.392	1.097.090	11.743.038	-	-	273.142.733

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
01 a 30 dias	17.230.581	15.291.661	14.947.961	9.617.675	4.212.774	630.658	132.428	72.646	607.798	62.744.182	11.723.810	6.599.354
31 a 60 dias	363.848	3.498.339	922.364	972.414	339.194	115.772	21.141	11.174	131.958	6.376.204	7.020.703	3.568.998
61 a 90 dias	257.249	3.205.684	827.188	911.279	284.925	105.382	17.788	9.800	119.067	5.738.362	6.389.419	3.153.192
91 a 180 dias	608.525	8.701.810	2.463.598	2.549.375	709.416	286.228	44.031	26.136	332.397	15.721.516	17.513.159	8.641.231
181 a 360 dias	1.016.952	13.841.965	4.037.599	4.107.153	1.086.010	499.170	58.664	29.675	411.987	25.089.175	29.021.908	14.558.705
Acima de 360 dias	20.958.351	136.748.949	27.041.929	42.560.866	3.777.975	1.577.643	292.939	202.558	3.415.346	236.576.556	232.293.089	186.106.006
Total	40.435.506	181.288.408	50.240.639	60.718.762	10.410.294	3.214.853	566.991	351.989	5.018.553	352.245.995	303.962.088	222.627.486

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Parcelas Vencidas	76.590	1.148.339	1.813.360	1.851.360	1.676.098	1.140.669	689.646	583.958	3.862.376	12.842.396	4.891.231	10.331.640
01 a 30 dias	76.590	1.148.339	1.109.660	566.196	298.463	233.792	32.309	21.800	230.345	3.717.494	1.336.346	4.359.299
31 a 60 dias	-	-	684.635	870.707	478.679	131.179	57.694	42.284	278.295	2.543.473	486.903	1.496.229
61 a 90 dias	-	-	19.065	258.734	640.632	137.560	55.635	38.173	217.150	1.366.949	581.120	899.571
91 a 180 dias	-	-	-	155.723	234.765	487.577	432.084	399.774	660.485	2.370.408	1.182.001	1.612.734
181 a 360 dias	-	-	-	-	23.559	150.561	111.924	81.868	2.357.053	2.724.965	1.289.982	1.880.991
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	59	119.048	119.107	14.879	82.816
Parcelas Vincendas	14.890	4.080.277	6.207.195	8.588.940	1.472.882	637.284	495.402	323.484	3.740.856	25.561.210	52.386.050	40.183.607
01 a 30 dias	375	66.951	131.623	134.385	26.549	13.458	10.484	7.178	75.859	466.862	1.306.812	711.450
31 a 60 dias	265	49.033	73.578	94.176	19.790	9.778	7.548	5.139	48.175	307.482	838.195	452.302
61 a 90 dias	265	48.946	74.159	94.328	19.831	9.809	7.591	5.131	48.292	308.352	827.546	451.643
91 a 180 dias	793	146.328	221.406	283.545	58.880	27.480	21.916	14.688	143.828	918.864	2.497.819	1.365.609
181 a 360 dias	1.585	290.477	438.622	554.193	115.535	50.392	42.845	28.332	283.956	1.805.937	4.551.415	2.699.308
Acima de 360 dias	11.607	3.478.542	5.267.807	7.428.313	1.232.297	526.367	405.018	263.016	3.140.746	21.753.713	42.364.263	34.503.295
Total	91.480	5.228.616	8.020.555	10.440.300	3.148.980	1.777.953	1.185.048	907.442	7.603.232	38.403.606	57.277.281	50.515.247

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
SETOR PÚBLICO	28.356.274	27.904.029	22.451.396
Administração Direta	15.888.868	15.529.379	11.002.999
Administração Indireta – Petroquímico	8.234.353	8.152.428	8.297.838
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.206.765	3.128.485	2.731.813
Administração Indireta – Outros	1.026.288	1.093.737	418.746
SETOR PRIVADO	362.293.327	333.335.340	250.691.337
PESSOA JURÍDICA	82.148.100	73.585.184	49.142.901
Agronegócio e Extrativismo	4.429.434	4.518.545	3.243.591
Petroquímico	1.886.841	1.832.630	1.656.450
Têxtil	1.550.090	1.403.222	950.322
Siderurgia e Metalurgia	9.043.722	8.758.384	8.262.409
Alimentação	1.267.614	1.234.634	712.358
Outras indústrias	4.888.516	4.512.659	1.936.548
Comércio varejista	17.505.096	14.969.525	8.622.978
Comércio atacadista	3.353.474	2.820.862	1.723.607
Construção civil	9.642.029	9.120.387	6.314.212
Serviços financeiros	5.683.724	5.040.876	2.732.413
Energia elétrica	6.268.758	4.486.336	3.808.697
Saneamento e infraestrutura	2.285.057	1.957.710	873.894
Serviços pessoais	233.930	193.357	102.617
Comunicação	1.466.246	1.398.838	1.187.093
Transporte	3.344.136	2.888.413	1.987.393
Saúde	2.700.144	2.505.327	1.806.848
Outros serviços	6.599.289	5.943.479	3.221.471
PESSOA FÍSICA	280.145.227	259.750.156	201.548.436
Comercial	62.035.829	59.556.688	40.826.691
Habitacional	211.452.751	199.087.606	157.683.651
Outros	6.656.647	1.105.862	3.038.094
Total	390.649.601	361.239.369	273.142.733

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/03/2013			31/12/2012	31/03/2012
	Setor público	Setor privado	Total	Total	Total
Curto prazo	6.903.925	112.573.011	119.476.936	81.690.786	42.201.792
De 0 a 90 dias	5.767.773	70.173.671	75.941.444	28.106.485	14.936.939
De 91 a 360 dias	1.136.152	42.399.340	43.535.492	53.584.301	27.264.853
Longo prazo	21.442.245	236.888.024	258.330.269	274.657.352	220.609.301
De 1 ano até 3 anos	2.623.220	86.570.232	89.193.452	107.428.282	68.918.062
De 3 anos até 5 anos	4.414.118	59.475.402	63.889.520	67.401.210	62.809.531
De 5 anos até 15 anos	11.231.534	83.480.961	94.712.495	89.842.469	81.524.547
Mais de 15 anos	3.173.373	7.361.429	10.534.802	9.985.391	7.357.161
Total normal	28.346.170	349.461.035	377.807.205	356.348.138	262.811.093
Total vencido	10.104	12.832.292	12.842.396	4.891.231	10.331.640
Total geral	28.356.274	362.293.327	390.649.601	361.239.369	273.142.733

(f) Receitas de operação de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	4.646.594	4.855.291	4.346.122
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.012	434	-
Financiamentos imobiliários	4.212.076	4.014.291	3.525.181
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	454.317	327.757	293.402
Outros créditos	573.998	2.611	2.622
Total	9.888.997	9.200.384	8.167.327

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Concentração dos principais devedores

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/03/2013	%	31/12/2012	%	31/03/2012	%
Principal devedor	8.234.353	2,11	8.152.429	2,26	8.297.838	3,04
10 maiores devedores	31.373.453	8,04	30.568.676	8,46	26.667.224	9,76
20 maiores devedores	40.272.900	10,32	38.952.533	10,78	32.547.468	11,92
50 maiores devedores	51.961.723	13,32	49.871.315	13,81	40.877.589	14,97
100 maiores devedores	58.890.714	15,09	56.589.889	15,67	45.845.421	16,78

(h) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações Renegociadas	1.119.668	1.120.377	791.628
Operações Comerciais	897.514	845.386	595.127
Operações Habitacionais	222.154	274.991	196.501
Operações Recuperadas	262.541	322.770	189.538
Operações Comerciais	68.281	83.791	70.690
Operações Habitacionais	194.260	238.979	118.848

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	19.921.098	18.739.790	15.837.093
Constituição	2.080.451	3.406.102	1.697.163
Baixas	-	(1.305.398)	(15.997)
Transferência para prejuízo	(1.277.062)	(919.396)	(914.263)
Saldo final	20.724.487	19.921.098	16.603.996

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 295.159 (31/03/2012 – R\$ 133.936) referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota 9 (d).

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Cessão de créditos	Outros créditos	Total
A	166.173	32.639	30	664.922	40.128	11.039	17.973	932.904
B	242.734	29.184	1.360	249.517	30.719	248	29.692	583.454
C	545.972	59.578	1.834	1.419.413	83.599	818	24.053	2.135.267
D	791.790	113.101	31	280.942	156.510	1.129	12.435	1.355.938
E	1.025.109	84.357	-	303.610	-	1.614	83.156	1.497.846
F	367.116	96.996	-	385.658	18.485	2.035	5.725	876.015
G	349.833	128.137	-	390.602	5.315	2.699	5.022	881.608
H	2.834.148	1.405.803	-	8.052.264	1.756	50.381	117.103	12.461.455
31/03/2013	6.322.875	1.949.795	3.255	11.746.928	336.512	69.963	295.159	20.724.487
31/12/2012	6.362.200	1.738.562	2.651	11.302.523	246.826	64.441	203.895	19.921.098
31/03/2012	3.842.798	1.644.948	-	10.737.687	244.627	-	133.936	16.603.996

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos
(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Créditos por Avais e Finanças Honrados	38.695	31.799	34.770
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	140.929	114.195	36.090
Rendas a Receber	1.871.092	1.623.801	1.777.986
Dividendos e JCP a receber	94.300	-	97.482
Convênios Setor Privado	91.101	96.011	72.589
Convênios Setor Público	380.560	347.920	222.771
Administração de Fundos de Investimento	85.569	75.480	74.976
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.087.892	978.156	1.151.717
Repasses Orçamento Geral da União	131.670	126.234	158.451
Negociação e Intermediação de valores	47.574	4.714	516
Créditos Específicos	684.531	692.906	139.561
Diversos – Nota 9 (b)	41.499.876	43.388.426	30.298.178
Provisão para Outros Créditos	(295.159)	(203.895)	(133.936)
Total	43.987.538	45.651.946	32.153.165
Ativo circulante	26.711.935	29.091.187	21.863.983
Ativo não circulante	17.275.603	16.560.759	10.289.182

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Créditos por Avais e Finanças Honrados	38.695	31.799	34.770
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	140.929	114.195	36.090
Rendas a Receber	2.083.447	1.764.138	1.876.979
Dividendos e JCP a receber	306.655	140.337	196.474
Convênios Setor Privado	91.101	96.011	72.589
Convênios Setor Público	380.560	347.920	222.771
Administração de Fundos de Investimento	85.569	75.480	74.976
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.087.892	978.156	1.151.717
Repasses OGU	131.670	126.234	158.452
Negociação e Intermediação de valores	47.574	4.714	516
Créditos Específicos	684.531	692.906	139.561
Diversos – Nota 9 (b)	41.501.496	43.391.265	30.300.457
Provisão para Outros Créditos	(295.159)	(203.895)	(133.936)
Total	44.201.513	45.795.122	32.254.437
Ativo circulante	26.925.910	29.234.363	21.965.255
Ativo não circulante	17.275.603	16.560.759	10.289.182

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Créditos tributários - Nota 20	16.884.971	16.438.805	13.812.519	16.884.997	16.438.827	13.812.525
Devedores por depósitos em garantia - Nota 30 a (iii)	10.551.487	10.342.797	9.625.014	10.551.487	10.342.797	9.625.014
Adiantamentos e antecipações salariais	393.916	142.038	352.842	393.916	142.038	352.842
Pagamentos a ressarcir	466.456	833.519	203.738	463.994	832.298	202.572
Participações pagas antecipadamente (1)	-	5.188.673	-	-	5.188.673	-
Impostos e contribuições a compensar	56.598	146.398	69.352	60.653	150.437	72.791
Cartão de crédito (2)	4.648.279	4.666.011	3.213.330	4.648.279	4.666.011	3.213.330
Prêmio em aquisição de carteiras	848.928	618.295	341.800	848.928	618.295	341.800
Seguros a receber	81.714	65.924	123.697	81.714	65.924	123.697
Créditos a receber - cessão de créditos	101.760	100.330	96.074	101.760	100.330	96.074
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	-	-	1.485	-	-	1.485
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	456.291	448.473	552.612	456.291	448.473	552.612
Créditos adquiridos	3.380.165	2.838.928	1.091.791	3.380.165	2.838.928	1.091.791
Valores a apropriar (3)	3.537.538	1.407.453	864.270	3.537.539	1.407.453	864.270
Outros devedores (4)	147.774	203.371	164.399	147.774	203.370	164.399
Provisão para perdas - Diversos (5)	(56.001)	(52.589)	(214.745)	(56.001)	(52.589)	(214.745)
Total	41.499.876	43.388.426	30.298.178	41.501.496	43.391.265	30.300.457
Ativo circulante	24.193.855	26.779.048	19.985.338	24.195.475	26.781.887	19.987.617
Ativo não circulante	17.306.021	16.609.378	10.312.840	17.306.021	16.609.378	10.312.840

(1) Antecipação de dividendos e juros s/ capital próprio, ref. exercício de 2012, repassados à União (Nota 19 (d)).

(2) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito.

(3) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (f2).

(4) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

(5) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	10.463	20.119	8.928
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	138.854	117.007	27.907
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(8.388)	(22.931)	(745)
Ativo circulante	140.929	114.195	36.090
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	30.358	48.336	16.950
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	38.181	44.769	19.876
Passivo circulante	68.539	93.105	36.826

(c.1) Resultado de operações de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas	708.272	671.565	117.476
Disponibilidade em moeda estrangeira	708.272	671.565	117.476
Despesas	(715.991)	(659.672)	(116.120)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(715.991)	(659.672)	(116.120)
Resultado de câmbio	(7.719)	11.893	1.356

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Créditos	8.022.906	7.499.866	4.312.032
Cartão de crédito	4.585.524	4.610.807	3.167.631
Créditos por avais e fianças honrados	38.695	31.799	34.770
Devedores por compra de valores e bens	18.523	18.332	17.840
Créditos adquiridos (1)	3.380.164	2.838.928	1.091.791
Provisão (2)	(295.159)	(203.895)	(133.936)
Cartão de crédito	(140.065)	(142.463)	(111.053)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.203)	(1.178)	(7.883)
Devedores por compra de valores e bens	(38.695)	(3.966)	(4.081)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(115.196)	(56.288)	(10.919)
Créditos - líquidos de provisão	7.727.747	7.295.971	4.178.096

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Bens não de uso próprio	777.162	773.895	691.217
Imóveis patrimoniais não de uso	122.821	124.634	108.921
Imóveis adjudicados/arrematados	654.341	649.261	582.296
Despesas antecipadas	254.079	260.216	407.759
Material de consumo	28.270	24.332	32.504
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(100.567)	(103.028)	(113.609)
Total	958.944	955.415	1.017.871

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(103.028)	(107.469)	(122.953)
Constituição	(4.087)	(3.314)	(4.078)
Baixas	6.548	7.755	13.422
Saldo final	(100.567)	(103.028)	(113.609)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Investimentos – CAIXA Individual

A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	2013	2012		2013	2012	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
CAIXAPAR (1) (2)	3.670.645	3.726.366	3.214.732	59.790	58.838	69.942
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (3)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.124	1.248	1.070	(107)	76	109
Outros Investimentos (3)	245.938	234.390	200.066	-	-	-
Total	3.920.674	3.964.971	3.418.835	59.683	58.914	70.051

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 28/02/2013 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CAIXA Seguros Holding, que teve a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 31/03/2013.

(2) Equivalência patrimonial do 1º trimestre de 2012 calculada com base nas demonstrações contábeis de 29/02/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Investimentos – CAIXA Consolidado

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias do grupo CAIXA

Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
CAIXA Seguros Holding S.A. (1)	8.161.452	-	48,21	48,21
Banco Panamericano	143.307.056	54.802.722	49,00	37,00
Capgemini	61.423.000	-	24,40	22,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,005	33,32
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.000	-	9,09	9,09
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (2)	-	-	-	8,32
BIAPE	820.933	8.209	15,44	15,44
Outros investimentos (2)	5.335	-	56,00	56,00

(1) Em DEZ/11, foi implementada a reorganização societária do Grupo Caixa Seguros que apresenta a Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle) como controladora integral da Caixa Consórcios S.A., da Caixa Saúde S.A., da Caixa Seguradora Assessoria e Consultoria Ltda. e da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP). A Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP) controla integralmente a Caixa Vida & Previdência S.A. e a Caixa Seguradora S.A. Também controla a Caixa Capitalização S.A. com 51% do capital social total.

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da carteira de participações societárias do grupo CAIXA

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	2013 (1)		2012 (2)
				1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.858.543	1.918.861	1.481.030	144.257	143.010	76.953
Banco Panamericano	709.653	802.337	893.605	(92.971)	(95.365)	(20.143)
Capgemini	298.626	298.898	-	(273)	(21.400)	-
Elo Serviços	9.618	10.788	17.515	(1.169)	(792)	(762)
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.697	7.692	6.746	176	109	(440)
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (3)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.124	1.248	1.070	(107)	76	109
Fundo de Investimento em Participações	39.704	-	-	-	-	-
Outros investimentos (3)	257.386	235.865	200.066	-	-	-
Total	3.184.318	3.278.656	2.602.999	49.913	25.638	55.717

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 28/02/2013 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CAIXA Seguros Holding, que teve a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 31/03/2013.

(2) Equivalência patrimonial no 4º trimestre de 2012 calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2012 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CIBRASEC e do BIAPE, que tiveram a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 30/11/2012; no 1º trimestre de 2012 com base nas demonstrações contábeis de 29/02/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(c) Participações no Banco Panamericano

Em 1º de dezembro de 2009, a CAIXAPAR adquiriu 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 739.272 – 49% do capital social votante e 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BACEN aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR.

Em 31 de janeiro de 2011, a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças. Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do BACEN manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual. Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição das ações do Banco Panamericano não pertencentes à CAIXAPAR.

(c.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15/06/2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante divulgado no mercado.

O laudo identificou um valor de R\$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também foi adicionado o valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 162.276, discriminados a seguir:

Ativos intangíveis identificados na aquisição			
Descrição	Banco Panamericano	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor total	739.770	162.276	

(1) líquida dos efeitos tributários

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R\$ 42.864 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Movimentação do ágio – Panamericano					
Realização	Valor alocado	Amortiz. 2011	Amortiz. 2012	Amortiz. 2013	Valor líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados (1)	3.002	(3.002)	-	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	162.276	(44.450)	(41.030)	(10.257)	66.539
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864	(9.287)	(8.573)	(2.143)	22.861
Saldo	208.142	(56.739)	(49.603)	(12.400)	89.400

(1) líquido dos efeitos tributários

(c.2) Capitalização e aquisição de participações – Banco Panamericano

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, o Banco Panamericano aprovou o aumento do seu capital social, com a CAIXAPAR subscrevendo R\$ 658.094. Após esta subscrição e com a opção dos minoritários de não realizar seu direito de aporte, a participação da CAIXAPAR no Banco Panamericano passou de 36,56% para 37,00% em junho de 2012. O aumento de capital social realizado teve como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 o aumento de capital, a reforma estatutária do Banco Panamericano deliberada em 1º de junho de 2012.

Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Panamericano celebrou com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”).

O valor da aquisição da BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R\$ 940.361. Este valor representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R\$ 800.000 ao final do exercício social de 2011. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages para o Banco Panamericano.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Saldo do Investimento

Investimento Banco Panamericano			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano (1)	2.525.286	2.511.638	2.075.241
Aporte CAIXAPAR/BTG	-	-	(971.523)
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (2)	934.356	929.306	403.519
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano (3)	(314.103)	(228.769)	(124.963)
Aporte CAIXAPAR	-	-	476.046
Investimento	620.253	700.537	754.602
Ágio líquido na alocação do preço de compra	89.400	101.800	139.003
Saldo	709.653	802.337	893.605

(1) PL do Banco Panamericano nas demonstrações contábeis de 28/02/2013, 30/11/2012 e 29/02/2012 respectivamente.

(2) Em 31/03/2013 e 31/12/2012, 37%; em 31/03/2012, 36,56%.

(3) Créditos comerciais do Banco Panamericano adquiridos pela CAIXA em um montante acumulado de R\$ 848.928 até 31/03/2013 (31/12/2012 – R\$ 618.295), que geraram uma receita de R\$ 230.633 em 2013. Para o cálculo da participação indireta da CAIXA, os resultados não realizados intercompanhias são desconsiderados.

(d) Participações na Capgemini

Em 27 de junho de 2012, visando os investimentos previstos para o ano de 2012, foi aprovada a integralização de capital social da CAIXAPAR no montante de R\$ 300.000, dentro do limite de capital social autorizado para a Companhia.

O aporte possibilitou a CAIXAPAR adquirir 22% de participação no capital social da Capgemini. A aquisição se deu por meio de compra de ações e aporte de capital na investida nos valores de R\$ 200.267 e R\$ 121.403, respectivamente, totalizando R\$ 321.670. O principal objetivo desta aquisição está pautado na busca de parceria com a investida para atender a grande demanda por desenvolvimento de novas soluções de TI, a atualização das soluções já em ambiente produtivo e à necessidade de integração e internalização de soluções de mercado adquiridas nos últimos anos pela CAIXA.

(d.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 08/01/2013, considerou na avaliação a análise de Ativos Intangíveis adquiridos na data-base (30.06.2012).

O valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição da Capgemini são os seguintes:

Ativos intangíveis identificados na aquisição				
Descrição	Capgemini	Participação CAIXA	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	1.126.007	247.721	163.496	10 anos
Contratos	185.466	40.803	26.930	10 anos
Valor total	1.311.473	288.524	190.426	

(1) Líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A carteira de contratos da Capgemini é composta por mais de 200 empresas de diversas regiões do País, além de ser diversificada em segmentos da economia e tipo de atendimento, produtos e serviços.

Os saldos recompostos na aquisição de 22% de participação na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini	
Descrição	30.06.2012
Investimento em 30.06.2012 (Valor Contábil)	51.963
Ativos intangíveis identificados na aquisição	190.426
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281
Valor do investimento em 30.06.2012	321.670

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição da Capgemini pela CAIXAPAR foi de R\$ 79.281 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Movimentação dos Ativos/ ágio identificados na aquisição				
Realização	Valor alocado	Amortização 2012	Amortização 2013	Valor líquido
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	190.426	(9.521)	(4.760)	176.145
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281	(7.928)	(3.964)	67.389
Saldo	269.707	(17.449)	(8.724)	243.534

(1) líquida dos efeitos tributários

(d.2) Saldo do Investimento

Os saldos registrados na rubrica "Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto" ao investimento na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini		
Descrição	31/03/2013	31/12/2012
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (22%)	55.092	46.640
Ativos intangíveis identificados na aquisição	176.145	180.905
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	67.389	71.353
Saldo	298.626	298.898

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 12,06% (31/12/2012 – 12,58%; 31/03/2012 – 15,54%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Os itens do imobilizado de uso não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 31.03.2013.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	31/03/2013			31/12/2012			31/03/2012
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	454.423	(120.602)	333.821	310.261	(105.760)	204.501	216.614
Edificações	401.221	(120.602)	280.619	257.059	(105.760)	151.299	163.695
Terrenos	53.202	-	53.202	53.202	-	53.202	52.919
Reavaliações de imóveis de uso	743.764	(142.948)	600.816	744.011	(137.648)	606.363	679.480
Edificações	543.208	(142.948)	400.260	543.592	(137.648)	405.944	462.326
Terrenos	200.556	-	200.556	200.419	-	200.419	217.154
Outras imobilizações de uso	4.658.733	(3.441.453)	1.217.280	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078	1.122.531
Imobilizações em curso	36.103	-	36.103	30.959	-	30.959	13.282
Inst., móveis e equip. de uso	1.074.626	(591.748)	482.878	1.065.680	(572.416)	493.264	393.732
Sistema de comunicação	84.314	(67.066)	17.248	84.315	(66.209)	18.106	18.929
Sistema de proc.de dados	3.192.334	(2.561.231)	631.103	3.254.641	(2.489.587)	765.054	658.487
Sistema de transporte e segurança	271.356	(221.408)	49.948	261.803	(215.108)	46.695	38.101
Total	5.856.920	(3.705.003)	2.151.917	5.751.670	(3.586.728)	2.164.942	2.018.625

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2013	31/03/2012
Imóveis de uso	204.501	144.173	(10)	(14.843)	333.821	216.614
Edificações	151.299	144.173	(10)	(14.843)	280.619	163.695
Terrenos	53.202	-	-	-	53.202	52.919
Reaval. de imóveis de uso	606.363	384	(384)	(5.547)	600.816	679.480
Edificações	405.944	247	(384)	(5.547)	400.260	462.326
Terrenos	200.419	137	-	-	200.556	217.154
Outras imobilizações de uso	1.354.078	26.862	(65.525)	(98.135)	1.217.280	1.122.531
Imobilizações em curso	30.959	8.357	(3.213)	-	36.103	13.282
Inst., móveis e equip. de uso	493.264	8.950	(5)	(19.331)	482.878	393.732
Sistema de comunicação	18.106	-	-	(858)	17.248	18.929
Sistema de proc.de dados	765.054	-	(62.307)	(71.644)	631.103	658.487
Sist. de transp./segurança	46.695	9.555	-	(6.302)	49.948	38.101
Total	2.164.942	171.419	(65.919)	(118.525)	2.151.917	2.018.625

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível e diferido
(a) Intangível

Os itens do intangível não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 31.12.2012.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/03/2013			31/12/2012			31/03/2012
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.298.038	(842.242)	1.455.796	2.318.971	(777.678)	1.541.293	1.683.729
Outros ativos intangíveis	324.200	(18.980)	305.220	324.200	(15.402)	308.798	319.533
Projetos logiciais - Software	374.996	(90.650)	284.346	347.675	(75.528)	272.147	136.954
Total	2.997.234	(951.872)	2.045.362	2.990.846	(868.608)	2.122.238	2.140.216

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012	31/03/2013			31/03/2012	
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	100.125	(61.884)	(123.738)	1.455.796	1.683.729
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(3.578)	305.220	319.533
Projetos logiciais - Software	272.147	27.321	-	(15.122)	284.346	136.954
Total	2.122.238	127.446	(61.884)	(142.438)	2.045.362	2.140.216

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores a edição dessa resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. O valor apresentado na Nota 25, item “depreciação e amortização” está acrescido de R\$ 1.189 (R\$ 13.606 – 4º trimestre de 2012 e R\$ 8.213 1º trimestre de 2012) relativo à amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Depósitos à vista – sem remuneração	24.621.585	27.381.103	23.677.903	24.621.585	27.381.099	23.670.296
Pessoas físicas	10.216.248	10.606.762	8.926.413	10.216.248	10.606.762	8.926.413
Pessoas jurídicas	11.581.848	12.418.164	11.900.429	11.581.848	12.418.160	11.892.822
Vinculados	1.317.245	1.567.155	1.145.584	1.317.245	1.567.155	1.145.584
Governo	1.052.751	2.128.596	1.237.865	1.052.751	2.128.596	1.237.865
Moedas estrangeiras	1.309	817	3.607	1.309	817	3.607
Instituições do sistema financeiro	27.282	34.459	24.560	27.282	34.459	24.560
Entidades públicas	201.069	553.771	387.160	201.069	553.771	387.160
Outros	223.833	71.379	52.285	223.833	71.379	52.285
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	181.534.284	175.566.036	154.748.509	181.534.284	175.566.036	154.748.509
Pessoas físicas	178.554.617	172.507.033	152.152.500	178.554.617	172.507.033	152.152.500
Pessoas jurídicas	2.976.740	3.056.103	2.593.074	2.976.740	3.056.103	2.593.074
Vinculados	2.927	2.900	2.935	2.927	2.900	2.935
Depósitos interfinanceiros	277.509	10.293.433	5.233.392	277.509	10.293.433	5.233.392
Depósitos a prazo	105.112.467	96.534.906	74.671.136	105.102.844	96.534.780	74.652.850
Remuneração prefixada	48.021.280	38.931.575	20.614.306	48.011.657	38.931.448	20.596.020
Depósitos a prazo em moeda nacional	48.021.280	38.931.575	20.614.306	48.011.657	38.931.448	20.596.020
Remuneração pós-fixada	57.091.187	57.603.331	54.056.830	57.091.187	57.603.332	54.056.830
Depósitos a prazo em moeda nacional	18.262.846	20.078.207	23.851.922	18.262.846	20.078.208	23.851.922
Depósitos judiciais com remuneração	38.828.341	37.525.124	30.204.908	38.828.341	37.525.124	30.204.908
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.757.294	9.265.546	10.476.596	11.757.294	9.265.546	10.476.596
Sem remuneração	223.618	215.002	190.538	223.618	215.002	190.538
Remuneração prefixada	418.072	406.556	374.328	418.072	406.556	374.328
Remuneração pós-fixada	11.115.604	8.643.988	9.911.730	11.115.604	8.643.988	9.911.730
Total	323.303.139	319.041.024	268.807.536	323.293.516	319.040.894	268.781.643
Passivo circulante	272.069.929	279.990.109	249.740.761	272.060.306	279.989.979	249.714.868
Passivo não circulante	51.233.210	39.050.915	19.066.775	51.233.210	39.050.915	19.066.775

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL						CAIXA CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Depósitos à Vista	24.621.585	-	-	-	24.621.585	27.381.103	23.677.903	24.621.585	27.381.099	23.670.296
Depósitos de Poupança	181.534.284	-	-	-	181.534.284	175.566.036	154.748.509	181.534.284	175.566.036	154.748.509
Depósitos Interfinanceiros	-	149.605	79.563	48.341	277.509	10.293.433	5.233.392	277.509	10.293.433	5.233.392
Depósitos a prazo	38.852.523	4.805.635	10.269.440	51.184.869	105.112.467	96.534.906	74.671.136	105.102.844	96.534.780	74.652.850
CDB	24.182	4.805.635	10.269.440	51.159.162	66.258.419	58.984.087	44.438.478	66.248.796	58.983.961	44.420.192
Depósitos Judiciais	38.828.341	-	-	-	38.828.341	37.525.124	30.204.908	38.828.341	37.525.124	30.204.908
Outros	-	-	-	25.707	25.707	25.695	27.750	25.707	25.695	27.750
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.757.294	-	-	-	11.757.294	9.265.546	10.476.596	11.757.294	9.265.546	10.476.596
Total	256.765.686	4.955.240	10.349.003	51.233.210	323.303.139	319.041.024	268.807.536	323.293.516	319.040.894	268.781.643

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2013	2012		2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos de Poupança	(2.402.903)	(2.364.747)	(2.479.203)	(2.402.903)	(2.364.747)	(2.479.203)
Depósitos Interfinanceiros	(34.492)	(177.683)	(126.358)	(34.492)	(177.683)	(126.358)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(996.663)	(956.820)	(1.008.961)	(996.662)	(956.802)	(1.008.521)
Depósitos judiciais	(427.196)	(428.380)	(384.174)	(427.196)	(428.380)	(384.174)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(193.313)	(192.326)	(214.936)	(193.313)	(192.326)	(214.936)
Outras captações	(109.543)	(103.104)	(86.606)	(109.543)	(103.104)	(86.606)
Total	(4.164.110)	(4.223.060)	(4.300.238)	(4.164.109)	(4.223.042)	(4.299.798)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Depósitos – FGTS	5.817.929	2.956.080	4.290.438
Depósitos - Especiais com remuneração	1.582.765	1.553.913	1.403.732
Depósitos - FAT (d.2)	2.233.360	2.450.151	2.503.808
Depósitos – FISANE	8.052	7.935	7.589
Depósitos – PRODEC	47.645	46.862	45.213
Depósitos – PIS	46.318	25.706	90.750
Depósitos – FGS	23.392	8.877	66.370
Depósitos – FAR	171.177	294.523	224.118
Depósitos – FDS	409.503	448.869	508.191
Depósitos - Pró-frota pesqueira	8.581	8.445	56.546
Depósitos – FAZ	5.902	4.646	971
Depósitos – PREVHAB	494.623	486.031	459.661
Saúde CAIXA	223.618	215.002	190.538
Outros	684.429	758.506	628.671
Total	11.757.294	9.265.546	10.476.596
Passivo circulante	11.757.294	9.265.546	10.476.596
Passivo não circulante	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2013	2012	
		1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos - FGTS	Selic	(104.023)	(78.514)	(96.980)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(30.551)	(59.756)	(39.611)
Depósitos - FISANE	TR	(116)	(115)	(124)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(751)	(723)	(796)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(5.012)	(4.166)	(11.686)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(568)	(1.414)	(1.987)
Depósitos - FAR	Selic	(7.846)	(5.801)	(11.240)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(7.253)	(7.871)	(12.677)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(4.192)	(4.264)	(5.610)
Depósitos - FAS	TR	-	-	(4)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(8.728)	(8.950)	(12.191)
Depósitos - Caução	TR	(421)	(422)	(1.048)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(6.018)	(6.198)	(5.565)
Outros		(17.834)	(14.132)	(15.417)
Total		(193.313)	(192.326)	(214.936)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/03/2013			31/12/2012			31/03/2012		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					457.869	1.699.785	2.157.654	640.277	1.730.744	2.371.021	288.366	2.115.028	2.403.394
Proger urbano					387.522	1.166.366	1.553.888	568.656	1.176.271	1.744.927	169.101	1.499.030	1.668.131
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	387.512	1.160.968	1.548.480	568.630	1.170.618	1.739.248	168.742	1.492.830	1.661.572
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-	8	11	19
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	30	30	-	32	32	-	36	36
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	10	5.368	5.378	26	5.621	5.647	351	6.153	6.504
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.146	15.284	16.430	1.154	18.503	19.657	1.636	29.921	31.557
FAT infraestrutura				-	68.048	511.914	579.962	68.364	528.992	597.356	115.527	574.306	689.833
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	68.048	511.914	579.962	68.364	528.992	597.356	115.527	574.306	689.833
FAT – PNMPPO				-	1.153	6.221	7.374	2.103	6.978	9.081	2.102	11.771	13.873
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.153	6.221	7.374	2.103	6.978	9.081	2.102	11.771	13.873
Linhas de crédito especiais					1.479	74.227	75.706	3.758	75.372	79.130	8.613	91.801	100.414
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	279	74.159	74.438	327	74.188	74.515	346	74.218	74.564
FAT - giro setorial				-	1.200	68	1.268	3.431	1.184	4.615	8.267	17.583	25.850
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	760	2	762	2.102	711	2.813	5.347	10.880	16.227
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	440	66	506	1.329	473	1.802	2.920	6.703	9.623
Total					459.348	1.774.012	2.233.360	644.035	1.806.116	2.450.151	296.979	2.206.829	2.503.808

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Carteira Própria (1)	62.081.043	47.601.744	39.546.247	61.893.161	47.402.335	39.147.007
Letras Financeiras do Tesouro	4.671.780	5.726.127	5.620.128	4.671.780	5.726.127	5.620.128
Letras do Tesouro Nacional	24.561.231	31.323.880	12.102.918	24.561.231	31.323.880	12.102.918
Notas do Tesouro Nacional	32.802.276	10.498.921	21.817.901	32.614.394	10.299.512	21.418.661
Debêntures	45.756	52.816	5.300	45.756	52.816	5.300
Carteira de Terceiros	40.291.821	46.506.234	44.494.496	40.291.821	46.506.234	44.494.496
Letras Financeiras do Tesouro	-	14.485.341	10.058.626	-	14.485.341	10.058.626
Letras do Tesouro Nacional	29.043.705	11.309.679	12.726.256	29.043.705	11.309.679	12.726.256
Notas do Tesouro Nacional	11.248.116	20.711.214	21.709.614	11.248.116	20.711.214	21.709.614
Total	102.372.864	94.107.978	84.040.743	102.184.982	93.908.569	83.641.503
Passivo circulante	98.778.779	90.984.561	81.128.967	98.590.897	90.785.152	80.729.727
Passivo não circulante	3.594.085	3.123.417	2.911.776	3.594.085	3.123.417	2.911.776

(1) Valores calculados considerando o “PU de Garantia” do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2013	2012		2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Carteira própria	(1.004.066)	(922.091)	(872.955)	(1.000.938)	(918.678)	(858.876)
Carteira de terceiros	(709.086)	(918.438)	(1.096.466)	(709.087)	(918.438)	(1.096.466)
Carteira de livre movimentação	-	-	(103)	-	-	(103)
Total	(1.713.152)	(1.840.529)	(1.969.524)	(1.710.025)	(1.837.116)	(1.955.445)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
a) Recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	559.065	559.065	568.713	517.406
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	11.361	11.361	12.052	10.621
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	15.932	15.932	17.958	23.941
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.308	8.308	8.236	16.268
Letra Imobiliária	INPC	-	-	-	-	-	-	37.735
Letra Imobiliária	CDI	2.765.558	2.873.877	5.126.094	20.807.013	31.572.542	26.586.977	17.315.118
Letra Financeira	CDI	589.725	978.373	3.561.902	14.710.921	19.840.921	17.626.747	6.946.900
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	27.973	17.877	201.176	1.417.663	1.664.689	1.055.828	-
Total		3.383.256	3.870.127	8.889.172	37.530.263	53.672.818	45.876.511	24.867.989
Passivo circulante						16.142.555	13.708.836	13.852.674
Passivo não circulante						37.530.263	32.167.675	11.015.315

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Letras Imobiliárias	(427.723)	(362.161)	(344.515)
Letras Hipotecárias	(20.012)	(19.347)	(17.377)
Letras Financeiras	(319.045)	(299.275)	(149.651)
Total	(766.780)	(680.783)	(511.543)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2013 (1)
Notas Seniores	US\$	1.000.000.000	2,3750%	11/2012	11/2017	2.045.391
Notas Seniores	US\$	500.000.000	3,5000%	11/2012	11/2022	1.064.243
TOTAL						3.109.634

(1) Valores em milhares de R\$.

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Repasses no país	131.759.975	123.737.439	97.867.566
FGTS	112.132.849	104.796.216	86.825.297
BNDES	18.279.354	17.556.030	10.210.315
Tesouro Nacional – PIS	726.942	755.602	657.226
Outras instituições	620.830	629.591	174.728
Empréstimos no exterior	521.813	43.300	3.351
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	323.144	40.803	216
Demais linhas de crédito	198.669	2.497	3.135
Total de obrigações por empréstimos e repasses	132.281.788	123.780.739	97.870.917
Passivo circulante	1.713.504	2.399.414	1.360.017
Passivo não circulante	130.568.284	121.381.325	96.510.900

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
FGTS	(1.606.591)	(1.315.168)	(1.528.073)
BNDES	(276.530)	(171.061)	(100.212)
Tesouro Nacional – PIS	(9.696)	(11.625)	(9.914)
Empréstimos no exterior	(6.742)	(727)	(230)
Outras instituições	(17.703)	(8.134)	(10.636)
Total	(1.917.262)	(1.506.715)	(1.649.065)

Nota 18 – Outras obrigações**(a) Composição**

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.185.072	258.984	1.360.344
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	68.539	93.105	36.826
Sociais e estatutárias	499.341	5.660.303	462.007
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.211.273	1.819.106	1.458.205
Negociação e intermediação de valores	561	5.075	4.961
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	7.381.394	7.629.604	5.967.116
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.367.205	12.190.735	8.698.398
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	28.769.810	28.452.993	14.308.101
Diversas (Nota 18 (f))	37.395.600	34.081.591	28.167.802
Total	88.878.795	90.191.496	60.463.760
Passivo circulante	47.932.494	49.385.143	37.272.330
Passivo não circulante	40.946.301	40.806.353	23.191.430

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.185.072	258.984	1.360.344
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	68.539	93.105	36.826
Sociais e estatutárias	499.341	5.660.303	462.007
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.363.921	1.973.675	1.587.090
Negociação e intermediação de valores	561	5.075	4.961
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	7.381.394	7.629.604	5.967.116
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.367.205	12.190.735	8.698.398
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	28.769.810	28.452.993	14.308.101
Diversas (Nota 18 (f))	37.395.939	34.081.866	28.167.878
Total	89.031.782	90.346.340	60.592.721
Passivo circulante	48.085.481	49.539.987	37.401.291
Passivo não circulante	40.946.301	40.806.353	23.191.430

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias
CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Tributos sobre salários a recolher	343.214	516.487	313.619
Tributos sobre serviços a recolher	153.301	168.785	157.727
Tributos sobre lucros a recolher	160.440	162.283	125.193
Imposto de renda	21.507	-	-
Contribuição social	9.794	-	-
COFINS	111.180	139.903	107.773
PASEP	17.959	22.380	17.420
Tributos diferidos	375.533	710.680	629.232
Reavaliação – edificações	160.307	162.625	184.930
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	86.682	493.389	388.651
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861	-
Contratos futuros	72.884	-	-
Outros	55.660	50.805	55.651
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	178.785	260.871	232.434
Total	1.211.273	1.819.106	1.458.205
Passivo circulante	1.050.966	1.656.481	1.273.274
Passivo não circulante	160.307	162.625	184.931

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Tributos sobre salários a recolher	343.214	516.487	313.619
Tributos sobre serviços a recolher	153.301	168.785	157.749
Tributos sobre lucros a recolher	160.602	171.980	125.420
Imposto de renda	21.568	3	-
Contribuição social	9.857	4.541	227
COFINS	111.211	144.137	107.773
PASEP	17.966	23.299	17.420
Tributos diferidos	528.019	855.552	757.868
Reavaliação – edificações	160.307	162.625	184.930
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	86.682	493.389	388.651
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	152.486	144.872	128.636
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861	-
Contratos futuros	72.884	-	-
Outros	55.660	50.805	55.651
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	178.785	260.871	232.434
Total	1.363.921	1.973.675	1.587.090
Passivo circulante	1.203.614	1.811.050	1.402.159
Passivo não circulante	160.307	162.625	184.931

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Fundos e programas sociais	6.265.119	5.893.513	4.587.924
FGTS	2.551.646	2.749.577	2.168.149
Minha Casa Minha Vida	2.742.376	2.209.705	1.752.407
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	264.202	266.760	332.406
Programas de transferência de renda	260.615	204.836	252.789
Outros fundos e programas	446.280	462.635	82.173
Fundos financeiros e de desenvolvimento	471.843	498.703	798.196
PIS	424.390	497.299	499.617
FAT	46.049	-	297.177
FINSOCIAL	1.404	1.404	1.402
Operações com loterias	644.432	1.237.388	580.996
Total	7.381.394	7.629.604	5.967.116

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida será a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125% a.a., correspondente à taxa efetiva de 6,3% a.a.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,996% a.a.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, a.a. correspondente à taxa efetiva de 5,082% a.a.

Estas contratações apresentam um saldo devedor de R\$ 12.367.205 (31/03/2012 – R\$ 8.698.398).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos créditos:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000	5.200.000	
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	2.110.065	1.849.933	1.683.201	
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999	5.999.999	
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.877.919	2.125.600	1.424.901	
Medida provisória nº 581/12	12.999.998	12.999.998	-	
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	581.829	277.463	-	
Total	28.769.810	28.452.993	14.308.101	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Diversas

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	11.243.918	10.194.941	9.393.987
Credores diversos - País (Nota f.2)	11.660.271	9.504.385	7.539.223
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.804.395	2.629.178	3.008.819
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.223.264	3.511.622	3.540.775
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	43.677	43.308	42.160
Financiamentos imobiliários a liberar	5.098.149	4.742.900	3.716.030
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	348.103	352.091	291.889
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.396.195	2.485.104	-
Obrigações por convênios	231.570	258.503	382.891
Obrigações por contribuições ao SFH	29.060	28.611	27.319
Recursos do FGTS para amortizações	231.266	205.722	143.843
Valores a pagar a sociedades ligadas	81.198	125.067	79.330
Credores diversos Exterior	4.534	159	1.536
Total	37.395.600	34.081.591	28.167.802
Passivo circulante	37.395.600	34.081.591	28.167.802

(1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	11.244.257	10.195.216	9.394.063
Credores diversos - País (Nota f.2)	11.660.271	9.504.385	7.539.223
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.804.395	2.629.178	3.008.819
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.223.264	3.511.623	3.540.775
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	43.677	43.308	42.160
Financiamentos imobiliários a liberar	5.098.149	4.742.900	3.716.030
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	348.103	352.091	291.889
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.396.195	2.485.104	-
Obrigações por convênios	231.570	258.503	382.891
Obrigações por contribuições ao SFH	29.060	28.611	27.319
Recursos do FGTS para amortizações	231.266	205.722	143.843
Valores a pagar a sociedades ligadas	81.198	125.067	79.330
Credores diversos Exterior	4.534	158	1.536
Total	37.395.939	34.081.866	28.167.878
Passivo circulante	37.395.939	34.081.866	28.167.878

(1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.1) Provisão para pagamentos a efetuar

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Despesas de pessoal	2.004.905	1.832.211	1.779.683
Benefícios pós-emprego - CPC 33 (Nota 32 (a))	7.550.752	6.770.511	6.255.573
Saúde CAIXA	6.461.873	6.087.506	5.625.973
Auxílio e cesta alimentação	847.930	627.977	586.572
PREVHAB	46.671	42.468	43.028
Planos de benefícios – previdência privada	194.278	12.560	-
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.175.049	1.101.666	902.043
Outros pagamentos	513.212	490.553	456.688
Total	11.243.918	10.194.941	9.393.987

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Despesas de pessoal	2.005.244	1.832.486	1.779.759
Benefícios pós-emprego - CPC 33 (Nota 32 (a))	7.550.752	6.770.511	6.255.573
Saúde CAIXA	6.461.873	6.087.506	5.625.973
Auxílio e cesta alimentação	847.930	627.977	586.572
PREVHAB	46.671	42.468	43.028
Planos de benefícios – previdência privada	194.278	12.560	-
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.175.049	1.101.666	902.043
Outros pagamentos	513.212	490.553	456.688
Total	11.244.257	10.195.216	9.394.063

(f.2) Credores diversos – País

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Cartões de crédito	4.606.683	4.604.588	3.106.534
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	257.434	253.687	265.425
Fornecedores	849.818	755.547	521.531
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	457.933	495.448	549.727
Crédito comercial – repasses	441.212	395.629	312.803
Crédito imobiliário –repasses	591.103	607.165	650.312
Obrigações com a União – repasses	35.929	35.247	33.209
Outros credores – poupança simplificada	499.937	499.944	499.973
Contas a pagar	89.131	87.317	80.365
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	36.489	34.669	29.508
Valores a restituir – penhor	150.506	147.547	128.461
Valores a apropriar (2)	3.472.728	1.412.988	1.038.983
Outros credores diversos	171.368	174.609	322.392
Total	11.660.271	9.504.385	7.539.223

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,99% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Reservas de Reavaliação	421.700	423.165	461.467
Reservas de Lucros	2.693.064	2.693.064	4.079.781
Reserva legal	1.669.327	1.669.327	1.366.024
Reserva estatutária - loterias	928.299	928.299	407.196
Reservas margem operacional	95.438	95.438	2.306.561

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes: créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001; créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.439.265 (31/12/2012 – R\$ 1.485.753; 31/03/2012 – R\$ 1.479.734) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Créditos Tributários								
	31/03/2013			31/12/2012			31/03/2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	6.073.117	3.508.262	9.581.379	5.769.665	3.326.970	9.096.635	4.611.342	2.632.191	7.243.533
Provisão SFH	757.077	454.246	1.211.323	753.805	452.283	1.206.088	739.125	443.475	1.182.600
Provisão p/ causas judiciais	1.560.958	936.575	2.497.533	1.609.686	965.811	2.575.497	1.704.536	1.022.722	2.727.258
Outros	943.170	496.070	1.439.240	972.020	513.711	1.485.731	968.357	511.371	1.479.728
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.615.468	969.281	2.584.749	1.521.876	913.126	2.435.002	1.406.493	843.896	2.250.389
Ajuste a mercado – resultado	58.932	35.359	94.291	186.784	112.071	298.855	196.262	117.757	314.019
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	273.986	164.392	438.378	171.156	102.694	273.850	112.181	67.308	179.489
Ajuste Perdas Atuariais CPC 33	146.054	87.633	233.687	-	-	-	-	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	11.428.762	6.651.818	18.080.580	10.984.992	6.386.666	17.371.658	9.738.296	5.638.720	15.377.016
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.075.162)	-	(1.075.162)	(1.010.391)	-	(1.010.391)	(885.819)	-	(885.819)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(506.468)	(506.468)	-	(467.635)	(467.635)	-	(393.030)	(393.030)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(354.527)	(354.527)	-	(327.344)	(327.344)	-	(275.122)	(275.122)
Total	13.327.170	7.116.477	20.443.647	12.948.171	6.917.341	19.865.512	11.826.047	6.296.222	18.122.269

Descrição	Créditos Tributários								
	31/03/2013			31/12/2012			31/03/2012		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	-	-	-	3.390	20.862	24.252	3.256	20.038	23.294
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	7.485	46.058	53.543	4.667	28.720	33.387	3.059	18.824	21.883
Total	7.485	46.058	53.543	8.057	49.582	57.639	6.315	38.862	45.177

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. A realização de créditos tributários no exercício de 2012 representou um montante de 141% em relação ao projetado no estudo realizado em 2011.

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	101.398	60.839	42.587	6.532.006	6.736.830
2014	108.451	65.070	45.549	5.405.562	5.624.632
2015	140.151	107.595	58.863	259.117	565.726
2016	155.008	-	65.103	265.771	485.882
2017	173.317	-	72.793	268.345	514.455
2018 a 2022	1.190.858	-	12.275	1.308.147	2.511.280
TOTAL	1.869.183	233.504	297.170	14.038.948	16.438.805

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	100.332	60.199	42.139	6.463.301	6.665.971
2014	100.855	60.513	42.359	5.026.979	5.230.706
2015	122.266	93.864	51.352	226.050	493.532
2016	126.617	-	53.179	217.092	396.888
2017	132.559	-	55.675	205.239	393.473
2018 a 2022	741.273	-	8.782	825.632	1.575.687
TOTAL	1.323.902	214.576	253.486	12.964.293	14.756.257

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 187.051 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2012	19.923.151	(3.484.346)	16.438.805
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	182.931	-	182.931
Reversão de Provisão	127.873	(127.873)	-
Constituição PASEP/COFINS	(24.252)	-	(24.252)
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	184.587	-	184.587
Const. Cred. Tributário Perda Atuarial CPC 33	233.687	-	233.687
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(64.771)	-	(64.771)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(38.833)	-	(38.833)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(27.183)	-	(27.183)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	-	-	-
Saldo em 31/03/2013	20.497.190	(3.612.219)	16.884.971

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2013		2012			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	(141.976)	(62.266)	(34.921)	(14.671)	(49.340)	(22.310)
Valores Diferidos	235.194	113.612	991.436	294.864	68.303	61.033
Passivo Fiscal Diferido	185.966	111.580	(933)	(559)	(63.000)	(37.800)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	185.966	111.580	(933)	(559)	(63.000)	(37.800)
Ativo Fiscal Diferido	49.228	2.032	992.369	295.423	131.303	98.833
- Diferenças Temporárias	113.998	68.049	426.149	319.317	155.052	122.988
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(64.770)	(38.833)	566.220	(14.055)	(23.749)	(14.209)
- CSLL a 18%	-	(27.184)	-	(9.839)	-	(9.946)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	93.218	51.346	956.515	280.193	18.963	38.723

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2013		2012			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.355.481	1.355.481	934.721	934.721	1.290.064	1.290.064
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(338.864)	(203.322)	(233.675)	(140.209)	(322.510)	(193.510)
Efeitos tributários adições e exclusões	(1.865)	(1.021)	1.242	2.527	127.852	76.845
Juros sobre o capital próprio	77.349	46.410	75.899	45.540	69.628	41.777
Participação dos empregados nos lucros	47.483	28.490	75.482	45.290	45.874	27.524
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	64.771	66.016	24.318	23.894	23.749	24.155
Incentivo fiscal	7.215	-	8.002	-	4.571	-
Reserva de reavaliação	1.935	1.161	13.811	8.287	1.496	899
Despesa corrente	(141.976)	(62.266)	(34.921)	(14.671)	(49.340)	(22.310)
Despesa diferida/marcação a mercado	185.966	111.580	(933)	(559)	(63.000)	(37.800)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	49.228	2.032	992.369	295.423	131.303	98.833
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	93.218	51.346	956.515	280.193	18.963	38.723

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	2013		2012			
	1º trimestre		4º trimestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	(142.191)	(62.346)	(47.525)	(19.210)	(51.907)	(23.236)
Valores Diferidos	235.196	113.614	991.445	294.866	68.306	61.034
Passivo Fiscal Diferido	185.966	111.580	(933)	(559)	(63.000)	(37.800)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	185.966	111.580	(933)	(559)	(63.000)	(37.800)
Ativo Fiscal Diferido	49.230	2.034	992.378	295.425	131.306	98.834
- Diferenças Temporárias	114.001	68.050	426.158	319.319	155.055	122.989
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(64.771)	(38.833)	566.220	(14.055)	(23.749)	(14.209)
- CSLL a 18%	-	(27.183)	-	(9.839)	-	(9.946)
Imp. de Renda e Contrib. Social do período	93.005	51.268	943.920	275.656	16.399	37.798

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	2013		2012			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.355.772	1.355.772	951.853	951.853	1.293.553	1.293.553
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(338.791)	(203.278)	(237.957)	(142.778)	(323.382)	(194.033)
Efeitos tributários adições e exclusões	(39.429)	(24.937)	461.136	278.496	112.248	66.353
Juros sobre o capital próprio	69.628	41.777	75.899	45.539	69.628	41.777
Participação dos empregados nos lucros	45.874	27.524	75.483	45.290	45.873	27.525
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	23.749	24.155	17.853	17.301	23.749	24.155
Incentivo fiscal	4.571	-	7.641	-	4.571	-
Reserva de reavaliação	1.496	898	13.812	8.287	1.496	898
Part. Em coligadas e controladas	36.102	21.661	33.160	19.896	23.268	13.961
Outros	54.609	49.854	(494.552)	(291.241)	(9.358)	(3.872)
Despesa corrente	(142.191)	(62.346)	(47.525)	(19.210)	(51.907)	(23.236)
Despesa diferida/marcação a mercado	185.966	111.580	(933)	(559)	(63.000)	(37.800)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	49.230	2.034	992.378	295.425	131.306	98.834
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	93.005	51.268	943.920	275.656	16.399	37.798

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	1º trimestre	4º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Resultado de operação de crédito	9.888.997	9.200.385	9.200.385	8.167.327
Operações compromissadas	1.334.325	1.552.410	1.552.410	1.570.150
Ativos financeiros mantidos para negociação	613.980	1.750.940	1.750.940	1.604.933
Ativos financeiros disponíveis para venda	175.309	188.255	188.255	98.434
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.513.350	1.453.963	1.453.963	1.555.957
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	416.215	(419.220)	(419.220)	(357.128)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	986.568	1.001.513	1.001.513	1.208.892
Créditos vinculados ao SFH	262.635	315.391	315.391	379.287
Resultado com câmbio	(7.719)	11.893	11.893	1.356
Outras	23.528	121.465	121.465	64.755
Total	15.207.188	15.176.995	15.176.995	14.293.963

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL				
Descrição	2013		2012	
	1º trimestre	4º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com clientes	(4.703.085)	(4.533.834)	(4.533.834)	(4.470.487)
Operações com instituições financeiras	(34.492)	(177.683)	(177.683)	(126.358)
Operações compromissadas	(1.713.152)	(1.840.529)	(1.840.529)	(1.969.524)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.917.262)	(1.506.715)	(1.506.715)	(1.649.065)
Depósitos especiais e fundos e programas	(193.313)	(192.326)	(192.326)	(214.936)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.080.451)	(2.100.704)	(2.100.704)	(1.681.166)
Outras	(47.615)	(49.658)	(49.658)	-
Total	(10.689.370)	(10.401.449)	(10.401.449)	(10.111.536)

CAIXA CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	1º trimestre	4º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com clientes	(4.703.083)	(4.533.815)	(4.533.815)	(4.470.047)
Operações com instituições financeiras	(34.492)	(177.683)	(177.683)	(126.358)
Operações compromissadas	(1.710.026)	(1.837.117)	(1.837.117)	(1.955.445)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.917.262)	(1.506.715)	(1.506.715)	(1.649.065)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(193.313)	(192.326)	(192.326)	(214.936)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.080.451)	(2.100.704)	(2.100.704)	(1.681.166)
Outras	(47.615)	(49.658)	(49.658)	-
Total	(10.686.242)	(10.398.018)	(10.398.018)	(10.097.017)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Administração do FGTS	852.908	821.878	760.927
Administração do FCVS	25.287	24.111	24.151
Administração do PIS	10.318	15.321	8.795
Administração das loterias	232.010	319.677	272.365
Administração do FIES	45.721	43.264	35.605
Administração do FAR	1.197	10.501	515
Seguro-Desemprego	16.012	14.973	14.722
Orçamento Geral da União (OGU)	8.304	28.421	24.479
Bolsa Família	87.097	77.609	67.394
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	4.767	16.044	14.458
Administração de fundos de investimento	308.545	280.909	244.637
Tarifas de convênios	577.440	536.548	477.838
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	30.410	30.950	37.792
TAC	89.792	99.369	56.112
Cartão de crédito	248.563	242.578	198.624
Cobrança de títulos	134.716	135.890	128.073
EMGEA – Administração de Contratos	50.584	54.024	51.021
Taxa de risco – Agente financeiro	59.682	74.041	85.565
CCFGTS	55.598	49.785	49.107
CCFGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	4.537	5.266	3.672
CONSTRUCARD CAIXA	20.067	18.783	10.645
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	107.463	102.993	82.806
Rendas de serviços prestados a ligadas	125.979	127.119	125.250
Outros serviços	52.334	53.688	17.535
SubTotal – receita de prestação de serviços	3.149.331	3.183.742	2.792.088

Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
SubTotal – rendas de tarifas bancárias	602.274	603.388	515.330
Pessoa Física	530.060	531.510	475.989
Pessoa Jurídica	72.214	71.878	39.341
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	3.751.605	3.787.130	3.307.418

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2013	2012		2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Proventos	(2.359.240)	(2.582.465)	(1.976.158)	(2.359.536)	(2.582.690)	(1.976.158)
Salários e proventos	(2.214.825)	(2.256.910)	(1.871.471)	(2.215.121)	(2.257.135)	(1.871.471)
Indenizações trabalhistas	(144.415)	(325.555)	(104.687)	(144.415)	(325.555)	(104.687)
Benefícios	(451.353)	(571.598)	(297.069)	(451.353)	(571.598)	(297.069)
Encargos sociais:	(880.180)	(868.938)	(742.666)	(880.290)	(869.014)	(742.666)
FGTS	(164.265)	(163.545)	(141.423)	(164.287)	(163.560)	(141.423)
Previdência social	(507.094)	(497.407)	(427.063)	(507.162)	(497.456)	(427.063)
Prev. complementar	(160.053)	(146.095)	(132.339)	(160.066)	(146.099)	(132.339)
Outros encargos	(48.768)	(61.891)	(41.841)	(48.775)	(61.899)	(41.841)
Outros	(36.930)	(73.033)	(32.096)	(36.971)	(73.186)	(32.439)
Total	(3.727.703)	(4.096.034)	(3.047.989)	(3.728.150)	(4.096.488)	(3.048.332)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2013	2012		2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comunicações	(147.689)	(173.290)	(156.545)	(147.689)	(173.290)	(156.545)
Manutenção e conservação de bens	(191.134)	(307.638)	(200.224)	(191.134)	(307.638)	(200.224)
Água e energia	(77.342)	(79.098)	(69.189)	(77.342)	(79.098)	(69.189)
Aluguéis e arrendamento de bens	(269.821)	(257.270)	(234.412)	(269.821)	(257.270)	(234.412)
Despesas de material	(56.551)	(59.026)	(57.587)	(56.551)	(59.026)	(57.587)
Processamento de dados	(250.138)	(262.669)	(231.606)	(250.138)	(262.669)	(231.606)
Promoções e relações públicas	(67.817)	(52.964)	(29.292)	(67.817)	(52.964)	(29.292)
Propaganda e publicidade	(58.492)	(112.634)	(89.525)	(58.492)	(112.634)	(89.525)
Serviços do sistema financeiro	(84.453)	(85.666)	(74.128)	(84.453)	(85.666)	(74.128)
Serviços de terceiros	(325.639)	(347.312)	(253.730)	(325.639)	(347.312)	(253.730)
Serviços especializados	(126.814)	(144.934)	(101.677)	(127.555)	(146.692)	(104.325)
Serviços de vigilância e segurança	(167.055)	(164.654)	(184.339)	(167.055)	(164.654)	(184.339)
Depreciação e amortização	(262.217)	(278.674)	(189.778)	(262.217)	(278.674)	(189.778)
Outras administrativas	(85.519)	(100.209)	(62.635)	(85.640)	(100.270)	(62.686)
Total	(2.170.681)	(2.426.038)	(1.934.667)	(2.171.543)	(2.427.857)	(1.937.366)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		
	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comissões e taxas s/ operações	1.296.958	1.074.050	658.108
Recuperação de despesas	357.990	263.533	221.118
Reversão de outras provisões operacionais	626.646	573.704	93.927
Receitas de cartões de crédito	50.776	43.963	36.341
Receitas de dividendos	10	-	348
Atualização de depósitos em garantia	116.794	105.820	158.931
Atualização monet. s/ valores a receber da União	2.086	1.927	1.542
Rendas de créditos específicos	20.276	21.438	-
Receitas de loterias	8.232	28.134	51.457
Outras receitas operacionais	17.509	554.671	45.299
Total	2.497.277	2.667.240	1.267.071

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO		
	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comissões e taxas s/ operações	1.296.958	1.074.050	658.108
Recuperação de despesas	356.566	262.272	219.840
Reversão de outras provisões operacionais	626.646	573.704	93.927
Receitas de cartões de crédito	50.776	43.963	36.341
Receitas de dividendos	9.609	55.657	7.966
Atualização de depósitos em garantia	116.794	105.820	158.931
Atualização monet. s/ valores a receber da União	2.086	1.927	1.542
Rendas de créditos específicos	10.138	21.438	-
Receitas de loterias	4.116	28.134	51.457
Outras receitas operacionais	31.868	554.674	45.305
Total	2.505.557	2.721.639	1.273.417

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição ao SFH	(246)	(242)	(263)
FCVS a receber - provisão/perdas	(143.890)	(154.303)	(552)
Obrigações com fundos e programas	(65.660)	(82.680)	(70.355)
Provisão para causas judiciais	(191.843)	(21.233)	(125.631)
EMGEA/UNIÃO	(479)	(1.216)	(1.362)
Despesas com loterias	(47.879)	(43.382)	(42.015)
Despesas com cartão	(212.279)	(191.176)	(190.065)
Serviços automatizados	(51.354)	(45.892)	(32.656)
Descontos de operações de crédito	(49.802)	(89.424)	(118.085)
Correspondente não bancário	(434.240)	(414.608)	(332.366)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(794.321)	(766.485)	(423.642)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(116.936)	(107.042)	(110.475)
Benefícios sociais	(19.757)	(13.130)	(19.047)
Fundo de investimento do FGTS	(2.412)	(5.768)	(5.144)
Alavancagem de negócios	(65.825)	(135.652)	(52.553)
Condenações judiciais	(21.754)	(42.251)	(32.490)
Créditos administrados por terceiros	(8.845)	(9.896)	(10.180)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(74.179)	(74.771)	(71.203)
Benefício pós-emprego	(175.996)	(148.094)	-
Operações de Financiamentos Imobiliários	(120.736)	(151.550)	(78.305)
Desp. revendedor lotérico	(46.947)	(41.325)	(39.565)
Desp. provisões operacionais	(85.134)	(223.957)	(177.337)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(44.350)	(30.439)	(15.133)
Atualiz. monetária s/ restituição e recolhimentos	(95)	(264.663)	(16)
Outras	(216.196)	(256.236)	(46.702)
Total	(2.991.155)	(3.315.415)	(1.995.142)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas não operacionais	58.419	192.761	60.337
Lucro na alienação de valores e bens	23.304	106.317	33.496
Alienação de bens imóveis	5.678	5.275	11.258
Sobras de caixa não reclamadas	8.363	8.334	6.372
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	524	42.256	1
Multas e penalidades	6.286	5.431	5.965
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	11.899	22.962	-
Outras rendas não operacionais	2.365	2.186	3.245
Despesas não operacionais	(109.261)	(169.247)	(96.422)
Desvalorização de outros valores e bens	(828)	718	(814)
Indenizações por perdas e danos	(40.455)	(37.724)	(20.473)
Perdas em Imóveis	(8.359)	(7.218)	(10.638)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(29.691)	(28.501)	(50.382)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.300)	(3.009)	(3.540)
Perdas em cartões de crédito	(10.347)	(9.047)	(8.790)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(851)	(37.052)	-
Perdas de capital	(11.898)	(45.085)	-
Outras despesas não operacionais	(2.532)	(2.329)	(1.785)
Total	(50.842)	23.514	(36.085)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2013		2012	2013		2012
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(335.906)	(370.959)	(333.697)	(335.937)	(375.189)	(333.697)
PIS/PASEP	(54.585)	(60.281)	(54.226)	(54.591)	(61.199)	(54.226)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(103.613)	(103.757)	(88.966)	(103.613)	(103.757)	(88.966)
Despesas com IPTU	(41.015)	(1.932)	(35.923)	(41.015)	(1.932)	(35.923)
Outras	4.598	(3.207)	(10.208)	4.597	(3.207)	(10.208)
Total	(530.521)	(540.136)	(523.020)	(530.559)	(545.284)	(523.020)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Provisões para causas judiciais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos, bem como que nenhum processo pendente de julgamento causaria, individualmente, efeito material adverso relevante.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a metodologia adotada pela CAIXA, para cálculo do valor em risco decorrente de ações rotineiras, é baseada no valor médio histórico de condenação pago em processos similares, nos últimos 36 meses (atualizado pelo IPCA). Causas decorrentes de processos relevantes, por outro lado, são calculadas de forma individualizada. Além disso, ações rotineiras têm seu risco sempre classificado como provável. A probabilidade de perda em ações relevantes, diferentemente, é classificada como provável, possível ou remota.

(a) Classificação:**(i) Risco Provável:**

CAIXA INDIVIDUAL / CAIXA CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2012	1º trimestre de 2013		31/03/2013	31/03/2012
		Adições	Reversões/ Baixas		
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	260.871	22.404	(104.490)	178.785	232.434
INSS	47.682	620	(364)	47.938	47.203
ISS	155.371	17.143	(90.039)	82.475	150.362
Outros	57.818	4.641	(14.087)	48.372	34.869
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.511.622	111.303	(399.661)	3.223.264	3.540.775
Perdas e danos	1.311.473	76.940	(142.984)	1.245.429	1.424.361
Poupança	1.219.216	14.408	(120.435)	1.113.189	1.283.340
Loterias	11.586	91	(2)	11.675	10.347
Crédito imobiliário	104.094	9.969	(6.401)	107.662	214.286
Contingenciamento do FGTS	865.253	9.895	(129.839)	745.309	608.441
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.629.178	350.817	(175.600)	2.804.395	3.008.819
Outras (Nota 18 (f))	43.308	369	-	43.677	42.160
Total	6.444.979	484.893	(679.751)	6.250.121	6.824.188

(ii) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Demandas Fiscais	4.810.685	4.761.175	4.682.226
Demandas Cíveis	2.193.065	2.172.118	2.063.352
Demandas Trabalhistas	50.469	49.449	47.420
Total	7.054.219	6.982.742	6.792.998

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Demandas Fiscais	7.968.736	7.869.183	7.422.514
Demandas Cíveis	616.810	592.193	641.306
Demandas Trabalhistas	1.965.941	1.881.421	1.561.194
Total	10.551.487	10.342.797	9.625.014

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

Em 31 de março de 2013, a CAIXA era parte em aproximadamente 54.500 processos trabalhistas provisionados, ajuizados por empregados e ex-empregados, bem como empregados de terceiros prestadores de serviços e por sindicatos, com relação a jornadas de trabalho, acordos coletivos, indenizações, benefícios, planos de previdência e subordinação.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro moveu um processo trabalhista (processo nº 00809002820085010004) contra a CAIXA alegando o pagamento de hora-extra devida a empregados que desempenham serviços técnicos. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 102 milhões, em 31 de março de 2013 e uma provisão no mesmo valor foi constituída com base em uma recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

As ações cíveis passíveis de provisionamento, em 31 de março de 2013, representam cerca de 306 mil processos, relacionadas a seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral, as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente, sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente. O resultado de tais processos depende de recursos que continuam aguardando julgamento no STJ e no STF, sendo que referida decisão deverá ser vinculativa a todos os casos relacionados que discutam a mesma matéria. O valor envolvido nesses processos totaliza, em 31 de março de 2013, aproximadamente R\$ 3,2 bilhões e foi estabelecida provisão, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, no montante total de R\$ 2,2 bilhões.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS para atividades de financiamento imobiliário, ocorrido de acordo com as normas vigentes à época. O valor relacionado a tais processos totaliza, em 31 de março de 2013, o equivalente a R\$ 12 bilhões e a provisão correspondente, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, totaliza R\$ 745 milhões, na mesma data.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA é parte em uma ação revocatória (processo nº 00526287420068090051), movida por Encol S.A., buscando o cancelamento de uma venda de imóvel para a FUNCEF e de um contrato de empréstimo. Em tal processo é requerida a devolução dos valores desembolsados no âmbito do referido contrato de empréstimo. A CAIXA obteve decisão judicial desfavorável e também não logrou êxito em sua apelação, sendo que atualmente aguarda julgamento de recurso especial pelo STJ. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 115 milhões, em 31 de março de 2013, com uma provisão no mesmo valor foi constituída, baseada em recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de março de 2013, montam R\$ 1.396.076 (31/03/2012 - R\$ 1.390.823), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 47.938 (31/03/2012 - R\$ 47.202).

As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total, em 31 de março de 2013, corresponde ao montante de R\$ 344.538 (31/03/2012 - R\$ 235.987). . Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 82.475 (31/03/2012 - R\$ 150.361).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.290 (31/03/2012 - R\$ 6.043), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.146.910 de juros, os quais totalizam R\$ 4.315.369 a valores de 31 de março de 2013 (31/03/2012 - R\$ 4.217.860 valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário. A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA possui 29 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 495.316, em 31 de março de 2013 (31/03/2012 - R\$ 464.366).

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Transações com partes relacionadas**

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco Panamericano S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional; e
- FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco Panamericano que estabelece um limite reutilizável de R\$ 8 bilhões para aquisição de carteiras de crédito e de R\$ 2 bilhões para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.773.780	2.789.541	2.059.214
Banco Panamericano	2.773.780	2.789.541	2.059.214
Aplicações em operações compromissadas	199.945	499.992	-
Banco Panamericano	199.945	499.992	-
Rendas a receber	2.063.996	1.952.475	1.491.062
Caixa Seguros Holding S.A.	315	334	1.238
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.063.681	1.952.141	1.489.824
Créditos adquiridos	5.068.295	3.662.652	3.481.496
Banco Panamericano	5.068.295	3.662.652	3.481.496
Total	9.706.126	8.904.660	7.031.772

PASSIVOS			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Depósitos	252.731	584.727	411.649
Caixa Seguros Holding S.A.	27.591	19.015	8.799
FUNCEF	4.939	879	1.414
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	220.201	564.833	401.436
Repasses do país - instituições oficiais	2.232	16.528	1.693
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	2.232	16.528	1.693
Obrigações diversas	34.895	34.213	32.195
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	34.895	34.213	32.195
Total	289.858	635.468	445.537

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RECEITAS			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de depósitos interfinanceiros	49.437	44.411	52.006
Banco Panamericano	49.437	44.411	52.006
Rendas de prestação de serviços	134.735	155.997	150.273
Caixa Seguros Holding S.A.	125.979	127.119	125.250
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	8.756	28.878	25.023
Outras receitas operacionais	26.873	26.998	56.493
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	26.873	26.998	56.493
Total	211.045	227.406	258.772

DESPESAS			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Despesas administrativas - aluguéis	(19.327)	(18.898)	(11.248)
FUNCEF	(19.327)	(18.898)	(11.248)
Outras despesas operacionais	(767)	(776)	(806)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(767)	(776)	(806)
Total	(20.094)	(19.674)	(12.054)

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013	2012	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Benefícios de curto prazo	2.625	3.376	2.956
Proventos	1.920	2.449	2.426
Encargos Sociais	705	927	530

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.005.244 (31/12/2012 – R\$ 1.832.486 e 31/03/2012 – R\$ 1.779.759) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Benefícios de curto prazo	2.194.848	2.217.933	1.963.178
Natureza salarial	2.004.905	1.832.211	1.779.683
Participação dos empregados no lucro	189.943	385.722	183.495
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (f.1))	7.460.182	6.770.511	6.255.573
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.461.873	6.087.506	5.625.973
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	847.930	627.977	586.572
PREVHAB (cálculo atuarial)	41.569	42.468	43.028
Planos de benefícios – Previdência Privada	108.810	12.560	-
Total	9.655.030	8.988.444	8.218.751

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada**(b.1) REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 9,91% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras - %						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60	9,91	11,60	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00	1,00	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,30	9,91	11,30	9,91	11,30

Premissas Demográficas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 83 M e AT 83 F

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano – CPC 33 (R1)						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2013	01/01/2013
Valor presente da obrigação atuarial	(23.776.763)	(22.451.290)	(319.789)	(298.227)	(285.144)	(243.880)
Valor justo dos ativos do plano	24.513.741	22.825.334	230.878	213.017	157.582	142.901
Superávit/ (déficit) do plano	736.977	374.044	(88.911)	(85.210)	(127.562)	(100.979)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-	-	-	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	736.977	374.044	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	-	-	(88.911)	(85.210)	(127.562)	(100.979)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2013	01/01/2013
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(2.889.894)	-	(202.861)	-	(88.419)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	362.933	2.889.894	-	117.651	-	-
Total reconhecido	-	-	-	(85.210)	-	(88.419)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(15.289)	(2.186)	(44.032)
Responsabilidades dos participantes	-	-	29.807
Custo de juros líquido	360.263	(1.843)	(15.582)
Custo de juros	-	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	344.974	(4.029)	(29.807)
Administração do plano	-	-	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	344.974	(4.029)	(29.807)

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas

Premissas utilizadas PREVHAB - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,30

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano – CPC 33 (R1)		
Descrição	PREVHAB	
	31/12/2013	01/01/2013
Valor presente da obrigação atuarial	(47.082)	(47.121)
Valor justo dos ativos do plano	43.007	42.019
Superávit/ (déficit) do plano	(4.075)	(5.102)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(4.075)	(5.102)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	PREVHAB	
	31/12/2013	01/01/2013
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(5.102)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(5.102)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	PREVHAB
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	1.027
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	1.027
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	1.027

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.461.873 (31/12/2012 – R\$ 6.087.506 e 31/03/2012 R\$ 5.625.973) e a despesa para o período acumulado até 31 de março de 2012 foi de R\$ 152.786 (31/12/2012 - R\$ 262.871).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano**

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	2,89
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,50	1,50
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	3,06	1,93
Tábua de mortalidade	AT2000M e AT20000F	AT2000M e AT2000F

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano – CPC 33 (R1)		
Descrição	SAÚDE CAIXA	
	31/12/2013	01/01/2013
Valor presente da obrigação atuarial	(6.980.339)	(6.317.036)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Superávit/ (déficit) do plano	(6.980.339)	(6.317.036)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(6.980.339)	(6.317.036)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	SAÚDE CAIXA	
	31/12/2013	01/01/2013
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(188.660)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(188.660)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	SAÚDE CAIXA
Custo do serviço corrente	(352.180)
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	(611.146)
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	(963.326)
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	(963.326)

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2012 a agosto de 2013 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 472,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2012 a agosto de 2013 é de R\$ 367,92 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 847.930 (31/12/2012 – R\$ 627.977 e 31/03/2012 – R\$ 586.572) e a despesa para o período acumulado foi de R\$ 18.853 (31/12/2012 - R\$ 33.316).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação - %		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	2012*	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano – CPC 33 (R1)		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	31/12/2013	01/01/2013
Valor presente da obrigação atuarial	(837.021)	(844.804)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Superávit/ (déficit) do plano	(837.021)	(844.804)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(837.021)	(844.804)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	31/12/2013	01/01/2013
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(216.827)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(216.827)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	31/12/2013	01/01/2013
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidades dos participantes	-	-
Custo de juros líquido	-	(75.413)
Custo de juros	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	-	(75.413)
Administração do plano	-	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	-	(75.413)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Risco Corporativo, vinculada à Vice-Presidência de Controladoria e Riscos.

As atividades realizadas visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	56.992.370	56.328.755	40.446.316
NÍVEL I	29.018.631	28.689.489	22.550.622
Patrimônio Líquido	25.432.000	25.056.944	20.522.978
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	4.352.795	4.303.423	2.941.385
Reservas de Reavaliação	(421.700)	(423.165)	(461.467)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(154.673)	(154.673)	(168.926)
Ativo Permanente Diferido	(117.535)	(2.425)	(14.859)
Ajuste ao Valor de Mercado	(72.256)	(90.615)	(268.489)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
NÍVEL II	29.018.631	28.689.489	18.967.127
Reservas de Reavaliação	421.700	423.164	461.467
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	16.157.470	15.984.975	9.538.773
Instrumentos de Dívida Subordinada	12.367.205	12.190.735	8.698.398
Ajuste ao Valor de Mercado	72.256	90.615	268.489
DEDUÇÕES DO PR	(1.044.892)	(1.050.223)	(1.071.433)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.043.768)	(1.048.975)	(1.070.362)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.124)	(1.248)	(1.071)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	44.168.152	47.706.037	34.815.386
Risco de Crédito (PEPR)	41.556.888	45.140.008	32.745.244
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (PJUR, PCOM, PACS e PCAM)	500.489	563.901	155.161
Taxa de Juros – PJUR	500.489	563.901	155.161
Commodities – PCOM	-	-	-
Ações – PACS	-	-	-
Câmbio – PCAM	-	-	-
Risco Operacional (POPR)	2.110.775	2.002.128	1.914.981
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	2.898.693	2.473.008	3.478.774
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	9.925.525	6.149.710	2.152.156
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	14,19%	12,99%	12,78%

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas em 1º de Março de 2013 as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nos. 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais que deverão ser observadas pelas instituições a partir de 01/10/2013. Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como Buffers (colchões adicionais – fixo e contracíclico) a partir de 2016.

$$PR = \text{NívelII} + \text{NívelIII}$$



$$PR = \text{Capital Principal} + \text{Capital Complementar} + \text{NívelIII}$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A CAIXA considera a gestão de riscos e de capital para a tomada de decisão em acordo com as normas vigentes e melhores práticas de mercado. Para tal, conta com uma estrutura de riscos que engloba uma Superintendência Nacional de Risco Corporativo com unidades dedicadas ao gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, operacional e mercado, inclusive taxa de juros e liquidez.

Encontra-se em implantação o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP, em conformidade com a Resolução CMN nº. 3.988/11 e com a Circular BACEN nº. 3.547/11 com previsão de efetiva implementação até 30 de junho de 2013.

A CAIXA considera que o processo de gerenciamento de capital deve abranger o monitoramento e controle do capital através da avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposta, inclusive de forma prospectiva, elaborando plano de capital em acordo com suas metas e considerando os objetivos estratégicos em cenários de normalidade e estresse.

A estrutura de gerenciamento de capital da CAIXA conta com mecanismos que auxiliam na identificação e avaliação dos riscos relevantes, inclusive riscos não cobertos pela Resolução CMN nº. 3.490/07, que trata do Patrimônio de Referência Exigido – PRE, como o Risco de Taxa de Juros (RBAN) e Risco de Liquidez. A CAIXA possui Política de Gerenciamento de Capital documentada, aprovada pela Alta Administração e divulgada em sistema interno, descrevendo procedimentos com o intuito de manter o capital compatível com os riscos assumidos.

Os Relatórios de Gestão de Capital são encaminhados periodicamente ao Comitê de Riscos englobando o Plano de Capital prospectivo aderente ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, rating das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação; as operações em carteira são reavaliadas periodicamente; as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e para as demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade*			
Fatores de Risco	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
PRE	9,1	9,5	22,5
Cupom IPCA	4,6	8,0	0,1
Cupom SELIC	0,0	0,1	-
VaR sem ED ⁽¹⁾	13,8	17,6	22,7
VaR com ED ⁽¹⁾	16,0	18,7	21,7

* Valores em R\$ milhões (1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO									
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.610.669	3.078.676	2.139.060	3.610.322	3.078.687	2.139.802	(347)	11	742
Aplicações em Operações Compromissadas	65.636.244	72.104.596	59.746.924	65.607.461	72.104.596	59.732.495	(28.783)	-	(14.429)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	139.898.787	138.383.189	114.178.280	145.564.928	146.598.518	117.839.956	5.666.141	8.215.329	3.661.676
Títulos para negociação	77.299.398	75.544.510	53.270.061	77.299.398	75.544.510	53.270.061	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.302.639	16.568.060	5.973.982	16.302.639	16.568.060	5.973.982	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.296.750	46.270.619	54.934.237	51.962.891	54.485.948	58.595.913	5.666.141	8.215.329	3.661.676
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	388.107.857	361.239.369	273.142.733	392.998.635	371.360.456	281.189.422	4.890.778	10.121.087	8.046.689
Comercial	133.850.995	124.413.843	86.710.908	148.621.857	139.088.074	96.591.530	14.770.862	14.674.231	9.880.622
Habitação	220.202.675	205.788.891	164.620.517	213.451.201	203.587.803	165.317.026	(6.751.474)	(2.201.088)	696.509
Infraestrutura/Desenvolvimento	26.031.280	23.536.769	17.499.276	22.902.670	21.184.713	14.968.834	(3.128.610)	(2.352.056)	(2.530.442)
Outros Créditos	8.022.907	7.499.866	4.312.032	8.022.907	7.499.866	4.312.032	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO									
Captações de Recursos	123.066.578	108.012.976	69.334.217	123.242.744	112.068.153	70.720.222	176.166	4.055.177	1.386.005
CDB/RDB	66.284.126	59.009.782	44.466.228	66.315.645	59.025.575	44.510.870	31.519	15.793	44.642
LCI LH	53.672.818	45.876.511	24.867.989	53.365.393	49.480.872	26.209.352	(307.425)	3.604.361	1.341.363
Obrigações por TVM no Exterior	3.109.634	3.126.683	-	3.561.706	3.561.706	-	452.072	435.023	-
Captação em Operações Compromissadas	102.372.864	94.107.978	84.040.743	102.866.160	92.167.879	84.312.868	493.296	(1.940.099)	272.125
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	117.182.103	109.156.752	90.711.961	104.720.864	100.466.752	79.119.639	(12.461.239)	(8.690.000)	(11.592.322)
Exterior	323.144	40.803	3.351	1.256	43.560	3.347	(321.888)	2.757	(4)
Tesouro	34.895	34.231	33.209	36.134	35.471	32.439	1.239	1.240	(770)
FGTS	112.132.848	104.796.216	86.825.297	99.162.790	95.104.544	74.667.677	(12.970.058)	(9.691.672)	(12.157.620)
BNDES	3.128.686	2.526.878	2.142.250	4.062.156	3.636.129	2.913.151	933.470	1.109.251	770.901
Depósitos não remunerados	1.562.530	1.758.624	1.707.854	1.458.528	1.647.048	1.503.025	(104.002)	(111.576)	(204.829)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	28.769.810	28.452.993	14.308.101	24.915.228	26.953.028	15.462.211	(3.854.582)	(1.499.965)	1.154.110

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475 Instrumentos Financeiros – 31/03/2013				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(92.064)	(2.401.803)	(4.874.944)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(21.290)	(503.574)	(955.400)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(385.735)	(8.870.836)	(16.380.845)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(3.243)	(84.397)	(176.185)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação.

O ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

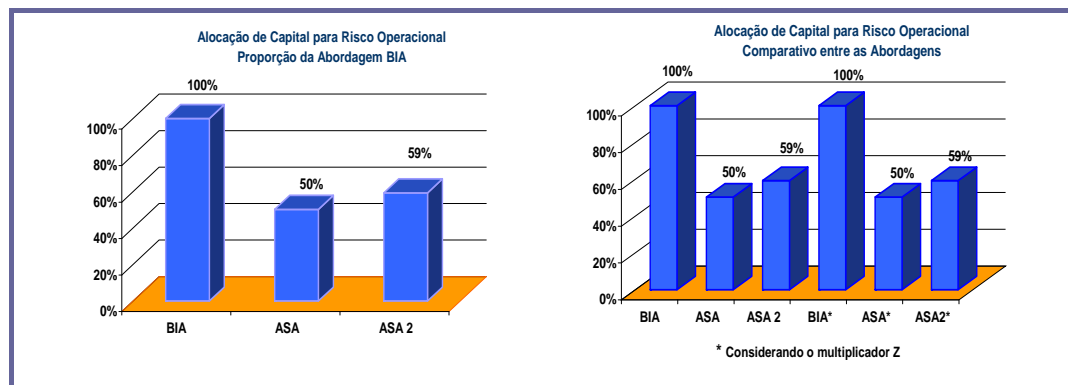
A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado.

As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional ainda está sendo normatizado pelo BACEN, que tem o Comunicado 19.217/09 como direcionador.

A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas no Comunicado citado e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado.

O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações**(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	31/03/2013	31/12/2012 (2)	31/03/2012
PIS (1)	28.665.790	28.581.836	27.965.560
FGTS (1) (2)	56.316.284	46.787.221	39.589.974
FAR (1)	11.387.819	8.058.235	5.227.928
FDS (3)	1.163.015	1.147.428	1.089.793
FAS	28.844	27.953	25.248
FGS	93.190	65.540	115.573
FGHAB (3)	1.257.610	1.207.139	445.306
CCA (3)	34.814	33.333	22.564
CCAM	18	17	13
FGCN	3.588.685	3.505.323	1.452.194
FCE	85	15	28
Total	102.536.154	89.414.040	75.934.181
FCVS (3)(1)	(88.748.153)	(87.053.639)	(80.349.899)

(1) Posição de novembro de 2012.

(2) Posição de fevereiro de 2012.

(3) Posição de fevereiro de 2013.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/03/2012 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 23.292 (31/03/2012 - R\$ 24.361).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 131.713 (31/03/2012 - R\$ 107.611).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 162.574 (31/03/2012 - R\$ 158.872).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), em 31 de março de 2013, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado"), em 31 de março de 2013, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente das pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório dos Auditores Independentes

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Ênfase -créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 31 de março de 2013 a CAIXA possui

créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante líquido de R\$ 19.765 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, totalizam R\$ 8.379 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. Os créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS à CAIXA apresentam saldo de R\$ 14.415 milhões e dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000, para sua realização. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 3.028 milhões. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase -créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 2o(a) às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que em 31 de março de 2013 a CAIXA possuía R\$ 20.501 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, para os quais foi constituída provisão para realização desses créditos de R\$ 3.612 milhões. O valor líquido de R\$ 16.889 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para até dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da CAIXA, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 6 de maio de 2013

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-s "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC iMG051926/0-o "S" DF